

ÍNDICE

3.4.8 -	Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico e Paisagístico	1/53
3.4.8.1 -	Considerações Iniciais	1/53
3.4.8.2 -	Patrimônio Histórico.....	1/53
3.4.8.3 -	Manifestações Culturais e Patrimônio Imaterial	2/53
3.4.8.3.1 -	Área de Estudo Municipal (AEM)	3/53
3.4.8.3.2 -	Área de Estudo Local (AEL)	5/53
3.4.8.3.3 -	Trecho 01	5/53
3.4.8.3.4 -	Trecho 02	6/53
3.4.8.3.5 -	Trecho 03	7/53
3.4.8.4 -	Áreas de Valor Histórico, Cultural e Paisagístico	7/53
3.4.8.4.1 -	Área de Estudo Municipal (AEM)	7/53
3.4.8.4.2 -	Área de Estudo Local (AEL)	10/53
3.4.8.5 -	Instituições Envolvidas com o Patrimônio Histórico-cultural.....	16/53
3.4.8.6 -	Arqueologia	19/53
3.4.8.6.1 -	Metodologia de Pesquisa e Desenvolvimento dos Estudos	19/53
3.4.8.6.2 -	Potencialidades Arqueológicas Regionais.....	36/53
3.4.8.7 -	Considerações Finais	53/53

Legendas

Figura 3.4.8-1 - Mapa do Caminho da Fé.....	5/53
Quadro 3.4.8-1- Propriedades com áreas e estruturas de valor histórico e cultural - Área de Estudo Local (AEL)	10/53
Figura 3.4.8-2 - Município de Ibiraci Fazenda São Joao Ribeirão do Ouro	11/53
Figura 3.4.8-3 - Município de Monte Santo de Minas - Fazenda da Serra	11/53
Figura 3.4.8-4 - Município de Monte Santo de Minas - Igreja Sítio Nossa Senhora Aparecida.....	12/53
Figura 3.4.8-5 - Município de Arceburgo Sítio Santa Luiza/ Asa Branca Igreja	12/53
Figura 3.4.8-6 - Município de Arceburgo - Sítio União (casa antiga).....	12/53
Figura 3.4.8-7 - Município de São José do Rio Pardo - Fazenda Tubaca.....	13/53
Figura 3.4.8-8 - Município de São José do Rio Pardo - Fazenda Santa Helena	13/53
Figura 3.4.8-9 - Município de São José do Rio Pardo - Antiga estação de trem desativada da Fazenda Santa Helena.....	13/53
Figura 3.4.8-10 - Município de São João da Boa Vista - Fazenda Morro Grande	13/53
Figura 3.4.8-11 - Município de Jacutinga - Igreja	14/53
Figura 3.4.8-12 - Município de Jacutinga - Fazenda Antiga	14/53
Figura 3.4.8-13 -Município de Itapira - Capela com tumulo ao lado.....	14/53
Figura 3.4.8-14 - Município de Itapira - Fazenda Antiga.....	14/53
Figura 3.4.8-15 - Município de Itapira - Igreja Antiga	14/53
Figura 3.4.8-16 - Município de Tuiuti - Fazenda Maringá.....	15/53
Figura 3.4.8-17 - Município de Bragança Paulista - Fazenda Bacaina	15/53
Quadro 3.4.8-2 - Museus na Área de Estudo Municipal (AEM).....	18/53

Figura 3.4.8-18 - Mapa da dispersão das Tradições de arte rupestre no Brasil.	24/53
Figura 3.4.8-19 - Tradições Rupestres no Brasil.....	25/53
Figura 3.4.8-20 - Imagens de representações geométricas em Andrelândia, sul de MG.	26/53
Figura 3.4.8-21 - Imagens dos registros rupestres localizados no Vorá da Faxina, atual sítio rupestre Abrigo de Itapeva.	34/53
Figura 3.4.8-22 - Arte rupestre em Itapeva/SP.	35/53
Figura 3.4.8-23 - Sítios arqueológicos (CNSA/IPHAN) na área abrangida pela LT no estado de SP.	36/53
Figura 3.4.8-24 - Potencialidade Arqueológica por número de Sítios Cadastrados (CNSA/IPHAN) na área abrangida pela LT no estado de SP.	37/53
Figura 3.4.8-25 - Sítio arqueológico em Atibaia.	42/53
Figura 3.4.8-26 - Vista frontal do Sítio Arqueológico da Toca da Paineira com seus enormes blocos de Granito,	46/53
Figura 3.4.8-27 - Parede com aplique.	47/53
Figura 3.4.8-28 - Parede com aplique.	48/53
Figura 3.4.8-29 - Sítios arqueológicos (CNSA/IPHAN) na área abrangida pela LT no estado de MG.	49/53
Figura 3.4.8-30 - Mapa da densidade dos sítios arqueológicos já registrados no estado de MG.	50/53

3.4.8 - Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico e Paisagístico

3.4.8.1 - Considerações Iniciais

O presente capítulo traz informações e análises referentes às manifestações culturais e patrimônio imaterial; às áreas de valor histórico e cultural; às instituições envolvidas com o patrimônio histórico e cultural; e ao patrimônio arqueológico da área de estudo.

Os dados contemplados neste capítulo são provenientes principalmente de levantamentos de campo. Para a Área de Estudo Municipal (AEM) foram consideradas informações levantadas junto aos gestores públicos dos municípios, enquanto para a Área de Estudo Local (AEL) foram contempladas informações levantadas em campo. Em relação ao patrimônio arqueológico foram contemplados dados do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Conforme será observado no presente capítulo, a área de estudo do empreendimento é rica em patrimônio histórico e cultural, especialmente devido à antiguidade do processo de ocupação da região, com alguns municípios formados ainda em meados do século XIX. Neste sentido, este processo de ocupação está vinculado, em grande parte da área de estudo, à produção cafeeira do período supracitado. Deste modo, ainda hoje existem fazendas, casarões e capelas antigas, oriundas daquele período e contexto, bem como estações ferroviárias desativadas que outrora funcionaram na região.

3.4.8.2 - Patrimônio Histórico

Tal como mencionado no item 3.4.2.3 - Histórico de Criação dos Municípios, a Área de Estudo é caracterizada por municípios antigos, 11 dos quais têm data de criação ainda no século XIX, entre 1856 e 1892, conforme abordado na **Figura 3.4.2-1**. A antiguidade destes municípios está ligada à exploração da cana de açúcar e café, deixando em suas áreas rurais fazendas, capelas e igrejas históricas, algumas das quais ainda mantém sua estrutura física, tanto em áreas rurais como nas sedes dos municípios.

O processo histórico de produção cafeeira na região também está intimamente ligado ao ciclo agroexportador da economia brasileira no século XIX, quando o produto se destacava nacionalmente. Naquele contexto era largamente utilizada a mão de obra de escravos de origem africana.

Assim, reflexos daquele período podem ser observados atualmente no patrimônio histórico local, conforme supracitado, bem como nas manifestações culturais largamente ligadas à tradição cultural católica e negra. A partir de tal contexto se pode compreender a presença e importância de manifestações como o Jongo e as Congadas, manifestações tradicionalmente negras ligadas à valorização cultural africana.

No entanto, o processo de intensificação da ocupação e produção na região resultou no desaparecimento da maior parte dos quilombos, sendo que as famílias sobreviventes se viram obrigadas a migrar para as periferias urbanas. Apesar disso, ainda hoje é possível ver a existência de estruturas antigas destas fazendas na área de estudo.

Martins (2008) afirma que em meados do século XVIII se situava em Divinolândia (SP), que à época pertencia a Caconde (SP), um quilombo que integrava uma região ampla que chama de Quilombo do Campo Grande. Naquela época, ainda de acordo com Martins (2008), tropas estaduais teriam sido enviadas à região para atacar e destruir os quilombos existentes.

Aquele contexto explica a presença negra na região, observada atualmente, por exemplo, no patrimônio cultural local. Outro patrimônio histórico da área de estudo do empreendimento é a Revolução Constitucionalista de 1932, na qual tropas de São Paulo se levantaram contra o governo de Getúlio Vargas.

Durante a revolução houve 05 (cinco) frentes de batalha, das quais uma se referia à região que inclui a área de estudo: a Frente Leste ou Mineira. Esta se deu na divisa entre São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso, ocorrendo batalhas em Bragança Paulista (SP), Campinas (SP), São José do Rio Pardo (SP), São João da Boa Vista (SP), Espírito Santo do Pinhal (SP), Itapira (SP), Mococa (SP) e Vargem Grande do Sul (SP) ¹. Em alguns locais destes municípios ainda há ruínas das batalhas que ocorreram.

3.4.8.3 - Manifestações Culturais e Patrimônio Imaterial

O patrimônio imaterial, conforme definido na Constituição Federal de 1998, nos artigos 215 e 216, diz respeito às práticas que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas e nos lugares, como mercados, santuários e feiras que contemplam práticas culturais coletivas.

¹ <http://www.memorialdoimigrante.org.br/1932/frente-de-batalha/frente-leste-ou-mineira/>

De acordo com o registro de Bens Culturais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), na Área de Estudo está contemplado o Jongo no Sudeste. Trata-se de uma forma de expressão afro brasileira usualmente praticada em festas de santos católicos e divindades africanas, bem como em festas do divino e no dia da abolição da escravidão (13 de maio). O Jongo é uma forma de louvar antepassados e afirmação de identidade afro-brasileira.

Ainda conforme o IPHAN, o Jongo se consolidou no Brasil por escravos e seus descendentes que trabalharam nas lavouras de café e cana de açúcar na Região Sudeste². Pode ser também chamado de tambu, batuque, tambor e caxambu, de acordo com especificidades locais.

Consta também no IPHAN que as Congadas de Minas estão com processo de registro em andamento para serem consideradas Bem Cultural do país, sendo que o inventário está em andamento sob responsabilidade da Superintendência do IPHAN de Minas Gerais.

3.4.8.3.1 - Área de Estudo Municipal (AEM)

Conforme visto anteriormente, o processo de ocupação da área de estudo do empreendimento foi marcado pela presença de escravos negros, cuja mão de obra era utilizada na economia cafeeira. Tal contexto explica a importância de expressões culturais negras na AEM, principalmente o Reinado, o Jongo e as Congadas; bem como a presença de comunidades negras que mantém tradições culturais neste sentido.

Em alguns municípios da Área de Estudo Municipal (AEM) foi identificada a presença de Reinados ou Folias de Reis e Congadas, a partir de entrevistas com gestores públicos locais. Estas foram mencionadas em Ibiraci (MG), São Sebastião do Paraíso (MG), Andradas (MG) e Mococa (MG).

No município de Ibiraci (MG) o Reinado é um bem imaterial tombado em nível municipal, aprovado em 2012. Na ocasião em que foram realizadas entrevistas com os gestores públicos dos municípios da Área de Estudo Municipal (AEM), foi relatada a presença de comunidade negra no município de Ibiraci (MG). A partir de pesquisa de dados secundários foi identificado que a OSCIP Protetores da Bacia do Rio Grande (PROBRIG), de Ibiraci (MG), elaborou projeto de registro do Reinado da Comunidade Negra do município³, que é um bem tombado a nível municipal.

² <http://www.iphan.gov.br/bcrE/pages/foIbemCulturalRegistradoE.jsf>

³ http://www.probrig.com/noticias/ibiraci_faraoprimeiroTombamento_deumbemimaterial/

Em Divinolândia (SP), o gestor ligado ao Departamento de Cultura informou a presença de uma comunidade negra no Bairro Quilombo, no sentido do município de Caconde (SP), portanto para o lado oposto ao do traçado da LT. A informação vai de encontro à apresentada por Martins (2008), que aponta a presença pretérita de um quilombo no local.

As festas ou folias de Reis, segundo Jurkevics (2005), procuram rememorar a jornada dos Reis Magos, do momento em que são avisados do nascimento de Jesus, seguindo sua jornada até encontrá-lo. Ainda de acordo com Jurkevics (2005), a folia de reis é realizada em diversas regiões do Brasil, principalmente em Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Goiás, e seu sentido maior é religioso, ligado à devoção católica.

As Congadas são bem imaterial tombado pelo poder público do município de Itamogi (MG), aprovado também em 2012, e também em nível municipal em São Sebastião do Paraíso (MG). Quanto às Congadas, Silva (2009) aponta que se trata da manifestação cultural de inspiração negra mais difundida no país. Nestas manifestações a dança e o canto são um componente essencial e a temática africana é rememorada principalmente por meio da representação da coroação do Rei Congo. As canções e danças abordam, em termos gerais, memórias da escravidão e da fé cristã. Alguns santos são reverenciados durante a festividade, revelando sua ligação com a religiosidade católica, como São Benedito, Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora Aparecida, Santa Efigênia, dentre outros.

As Congadas também foram destacadas por gestores públicos de Mococa (SP), Serra Negra (SP) e Atibaia (SP). O Estado de São Paulo, ainda segundo Silva (2009), é um dos estados onde tais manifestações se fazem mais presentes, sendo que ocorrem de acordo com calendários específicos de cada município.

Quanto a outras manifestações culturais, a festa do morango, que ocorre em agosto, é um patrimônio imaterial e cultural de Monte Alegre do Sul (SP).

Conforme abordado no capítulo 3.4.5 - Aspectos Econômicos, um importante elemento da manifestação cultural na área de estudo é o turismo religioso, notadamente a peregrinação vinculada ao Caminho da Fé. Este é inspirado no Caminho de Santiago de Compostela, na Espanha, oferecendo pontos de apoio aos peregrinos que buscam o santuário de Aparecida (SP).

O referido caminho contempla algumas das cidades da AEM, como Mococa (SP), São José do Rio Pardo (SP), Divinolândia, São Sebastião da Gramma (SP), Águas da Prata (SP), Vargem Grande do Sul (SP), São João da Boa Vista (SP), Andradas (MG) e Estiva Gerbi (SP) (Figura 3.4.8-1).



Fonte: <http://caminhodafe.com.br/mapa.html>

Figura 3.4.8-1 - Mapa do Caminho da Fé

Dentre as demais manifestações culturais mencionadas por gestores públicos locais se pode citar a Cavalhada em Franca (SP), a qual remonta a época das cruzadas em Portugal, em que cristãos combatiam os mouros.

3.4.8.3.2 - Área de Estudo Local (AEL)

Em relação às manifestações culturais da população da AEL destacam-se aquelas realizadas em datas religiosas para os santos católicos. Essas festividades acontecem principalmente nos bairros da zona rural, sendo também por vezes realizadas nas fazendas que possuem igreja ou capela. São festas populares com jogos e brincadeiras, como leilão, roleta, além de danças e procissão.

3.4.8.3.3 - Trecho 01

As festas religiosas em devoção aos santos católicos ocupam lugar de destaque no calendário cultural nos bairros rurais Laje (km 6) e Aterradinho (km 12), em Ibiraci (MG).

Em Claraval (MG), Itamogi (MG) e Monte Santo de Minas (MG), e, além do festejo para Nossa Senhora de Aparecida no dia 12 de junho há também as festas dos Santos Reis, ou Reisado.

Em Itamogi (MG), além da festa de reis e dos festejos juninos, há também a congada, com 4 dias de festa promovida pela prefeitura municipal.

Em Monte Santo de Minas (MG) existem cerca de 10 companhias de reisado que percorrem as propriedades da zona rural entre o final do mês de dezembro e o dia 6 de janeiro com cantorias religiosas tradicionais em comemoração aos santos. Se encontram na praça Jardim velho, na sede municipal no dia 6 de janeiro com grande festa. Ainda em Monte Santo de Minas (MG) foram citados os blocos carnavalescos e os grupos de congada como manifestações culturais tradicionais do lugar.

3.4.8.3.4 - Trecho 02

Em Jacutinga (MG) foram mencionadas as festas de São Luís (km 235), em junho, no bairro rural de mesmo nome; festa de Santo Antônio, em junho, na sede municipal, mês em que também são realizadas diversas festas nas fazendas da região.

No Sítio Fazendinha (km 270), localizado no Bairro Serra em Serra Negra (SP), fazem novena nas casas dos moradores, que se reúnem também nas missas realizadas esporadicamente na igreja da propriedade, em eventos com comidas trazidas por moradores e vizinhos. Foram também identificadas comemorações rituais católicas na fazenda São Gabriel (km 274), nessa mesma localidade em Serra Negra.

Ainda no bairro Serra, em Serra Negra (SP), comemora-se o dia de Nossa Senhora de Aparecida, no dia 12 de outubro com procissão a cavalo; Santa Terezinha no mês de setembro; e Santana em julho.

Em Monte Alegre do Sul (SP), no bairro Mostardas (km 286), há a festa de exaltação da Santa Cruz com procissão, andor - estrutura de madeira ornamentada que transporta imagens e ícones em cortejos religiosos, quermesse com pernil de porco, show sertanejo e apresentação de dança das crianças da região. Também nesta localidade é realizada festa de São Pedro, no mês de junho, em uma pequena propriedade rural, com festejos, comidas trazidas pelos vizinhos, reza e mastro, reunindo mais de 200 pessoas anualmente.

A mesma modalidade de manifestação cultural religiosa e festiva observa-se na sede municipal de Itapira (SP), que comemora a data de Nossa Senhora de Aparecida com missa, barraquinhas de comidas e jogos e procissão.

3.4.8.3.5 - Trecho 03

No terceiro trecho do traçado são relevantes também as festas para os santos católicos, como a festa em homenagem a Nossa Senhora de Aparecida realizada no dia 12 de outubro no Bairro Aparecidinha (km 290) em Pinhalzinho (SP).

3.4.8.4 - Áreas de Valor Histórico, Cultural e Paisagístico

3.4.8.4.1 - Área de Estudo Municipal (AEM)

A partir de entrevistas com gestores públicos locais dos municípios da Área de Estudo Municipal (AEM) foram identificadas diversas áreas de valor histórico, cultural e paisagístico nestes municípios, a saber.

Em Ibiraci (MG), município previamente selecionado para sediar um canteiro de obras de apoio ao empreendimento, há diversas capelas que são procuradas para peregrinação, principalmente a de São Sebastião.

O Mosteiro Cisterciense de Claraval (MG), localizado na cidade de mesmo nome, é uma importante área histórica, tendo sido construído entre 1951 e 1969 por monges cistercienses italianos, em estilo neogótico. Sua construção foi feita com pedras retiradas do próprio morro onde se localiza, utilizando-se tijolos e elementos decorativos produzidos no próprio local.

Em Franca (SP) foi mencionada a existência de diversos prédios e igrejas com valor histórico para o município. Conforme abordado no item 3.4.2.4 - Histórico de Criação dos Municípios, Franca (SP) é, junto com Bragança Paulista (SP), o município mais antigo da AEM, tendo sido criado em 1856. Entre as obras artísticas, arquitetônicas e de valor religioso pode-se citar o Prédio da Antiga Estação Ferroviária, o Parque de Exposições Fernando Costa, a Praça de Nossa Senhora da Conceição, a Igreja da Capelinha e a Praça do Cemitério.

No município de Itirapuã (SP) as áreas de valor histórico são: Fazenda da Barra, onde são produzidos doces típicos; Serra da Cabecinha; Fazenda Viradouro, a qual já abrigou uma senzala de escravos.

Em São Tomás de Aquino (MG) há uma localidade chamada Fazenda do Marques onde ocorrem diversos eventos, da mesma forma que há capelas nas áreas rurais do município, onde a população costuma peregrinar para orações. Há ainda eventos que ocorrem na comunidade rural São Roque. Vale ressaltar que em São Tomás de Aquino, o cemitério local é um patrimônio tombado pelo município.

São Sebastião do Paraíso (MG) possui um patrimônio paisagístico de grande valor, por encontrar-se em região privilegiada da Serra da Canastra. Há ainda bens tombados na região.

Foi identificada em Monte Santo de Minas (MG) a Serra dos Dois Irmãos como um patrimônio natural do município.

As áreas de maior valor histórico para a população de Arceburgo (MG) são o Colégio Municipal Arceburguense, que é tombado; o Parque Francisca Luz Stoch; e a Igreja Matriz. Ainda em Arceburgo, importa destacar que o Parque Ambiental Francisca Stochi Luz da Costa, localizado na sede do município, é um Bem Tombado em nível municipal.

Todo o centro da cidade de Mococa (SP) é considerado uma Zona Histórica e está protegido pela Lei de Zoneamento Urbano (LC 57).

No município de São José do Rio Pardo (SP) um importante patrimônio histórico local é o local onde Euclides da Cunha escreveu o livro "Os Sertões", que é tombado pelo poder público municipal. Além deste, outro bem tombado pelo município é a Casa Euclidiana, onde tal escritor viveu.

As áreas de valor histórico e cultural de São Sebastião Gramma (SP) são a Fazenda Rainha, onde há uma Igreja do arquiteto Oscar Niemeyer. A fazenda fica entre as cidades de São Sebastião da Gramma (SP) e Divinolândia (SP); Há ainda casarões antigos e o Museu Municipal.

Bem próximo a São João da Boa Vista (SP) localiza-se a Serra Paulista, onde há trincheiras da revolução de 1932.

Em Andradas (MG) há inúmeros prédios tombados na área urbana do município, sendo muitos casarões antigos.

O município de Jacutinga (MG) conta com patrimônio material tombado em nível municipal. A Estação Ferroviária Sapucaí - desativada, situada no Bairro de mesmo nome na AEL do

empreendimento, na altura de seu quilômetro 239. Tal estação, aprovada para tombamento em 2007, se encontra a cerca de 2.900 metros de distância do traçado da LT.

São patrimônios de Monte Sião (MG) a fábrica de porcelana azul, o Santuário e Mosteiro locais. Há também o museu histórico e geográfico com grande acervo do sul de Minas. Há ainda o Morro Pelado, com vista para todas as cidades vizinhas da região e ainda o mirante da Santa, localizado próximo às Águas Virtuosas Naturais, consideradas medicinais.

No município de Espírito Santo do Pinhal (SP) as praças da cidade e seus diversos casarões antigos, bem como muitas igrejas são áreas de valor histórico.

Em Itapira (SP), no bairro Eleotério há construções e ruínas da Revolução de 1932. Também existe a Casa Menotti del Pichia, escritor consagrado na Academia Brasileira de Letras - ABL, que viveu no município.

Lindóia (SP) faz parte do Circuito das Águas Paulista. O morro do Mosquito foi citado como tendo grande valor paisagístico.

O Museu de Serra Negra (SP) abriga uma biblioteca histórica e conta com acervo doado pela população. O museu é mobiliado com o antigo mobiliário da prefeitura. Também são patrimônios os diversos casarões antigos do município e a Igreja Matriz. O pico Alto da Serra possui valor paisagístico para a comunidade. As fontes de água natural medicinais são de importante valor para a população.

São patrimônios naturais de Monte Alegre do Sul (SP) as Cachoeiras das Andorinhas, Cachoeira das Mostardas, Cachoeira do Sol, assim como também são as fontes de água natural que há no município.

Em Pinhalzinho (SP) as duas áreas citadas foram Parque Municipal Otaviano Fornari e a Igreja de São Benedito, sendo esta a primeira do município e que foi construída por escravos em 1860.

O maior bem cultural do município de Tuiuti (SP) é a Igreja Matriz, surgida da primeira capela construída em homenagem a São Sebastião, em 1890.

Em Bragança Paulista (SP) as antigas estações ferroviárias foram mencionadas como importantes áreas de valor histórico local.

No município de Atibaia (SP) todo o centro histórico é tombado, inclusive o calçamento das vias em paralelepípedos. Na cidade há uma serra chamada Serra do Itapetinga. Lá fica a Pedra Grande, monumento natural de grande valia para a população.

3.4.8.4.2 - Área de Estudo Local (AEL)

A região a que se dedica o presente estudo foi historicamente ocupada por grandes fazendas de café, conforme apontado anteriormente, especialmente nos trechos 01 e 02. Grande parte dessas não se dedica mais ao cultivo do café, tendo mudado para produção de cana de açúcar ou pecuária. As estruturas arquitetônicas, entretanto, permanecem, com pátios de secagem de café, casarões que, ainda hoje, sediam as propriedades, estações ferroviárias desativadas e, por vezes, capelas.

É importante ressaltar que o levantamento aqui apresentado não esgota a identificação do patrimônio histórico da área de estudo local (AEL), considerando o caráter não censitário do trabalho de diagnóstico socioeconômico. Estão aqui apontadas aquelas propriedades e estruturas visitadas durante o trabalho de campo para fins de caracterização regional.

O **Quadro 3.4.8-1** identifica os locais visitados com área ou estruturas de valor histórico e cultural. São nove fazendas no Trecho 01; seis pontos no Trecho 02; e duas no Trecho 03.

Quadro 3.4.8-1- Propriedades com áreas e estruturas de valor histórico e cultural - Área de Estudo Local (AEL)

Município	UF	km na LT	Nome da Propriedade	Distância (m)
Trecho 01				
Ibiraci	MG	4	Fazenda São Joao Ribeirão do Ouro	1.030
Monte Santo de Minas	MG	109	Fazenda da Serra	199
Monte Santo de Minas	MG	109	Igreja do Sítio Nossa Senhora Aparecida	200
Arceburgo	MG	118	Sítio Santa Luiza/ Asa Branca (Igreja)	633
Arceburgo	MG	120	Sítio União	212
São José do Rio Pardo	SP	146	Fazenda Viradouro	629
São José do Rio Pardo	SP	148	Fazenda Tubaca	471
São José do Rio Pardo	SP	149	Fazenda Santa Helena	769
São José do Rio Pardo	SP	149	Antiga estação de trem desativada da Fazenda Santa Helena	770
São João da Boa Vista	SP	206	Fazenda Morro Grande	600

Município	UF	km na LT	Nome da Propriedade	Distância (m)
Trecho 02				
Jacutinga	MG	228	Igreja	1.600
Jacutinga	MG	233	Fazenda antiga	2.600
Itapira	SP	245	Capela com tumulo ao lado	1.300
Itapira	SP	248	Fazenda antiga não identificada	505
Itapira	SP	250	Igreja antiga	210
Trecho 03				
Tuiuti	SP	297	Fazenda Maringá	1.100
Bragança Paulista	SP	317	Fazenda Bocaina	750

Fonte: Trabalho de campo, Ecology Brasil, 2014.



Figura 3.4.8-2 - Município de Ibiraci
Fazenda São Joao Ribeirão do Ouro



Figura 3.4.8-3 - Município de Monte Santo
de Minas - Fazenda da Serra



Figura 3.4.8-4 - Município de Monte Santo de Minas
- Igreja Sítio Nossa Senhora Aparecida



Figura 3.4.8-5 - Município de Arceburgo
Sítio Santa Luiza/ Asa Branca Igreja



Figura 3.4.8-6 - Município de Arceburgo - Sítio União (casa antiga)



Figura 3.4.8-7 - Município de São José do Rio Pardo
- Fazenda Tubaca



Figura 3.4.8-8 - Município de São José do Rio Pardo
- Fazenda Santa Helena



Figura 3.4.8-9 - Município de São José do Rio Pardo - Antiga estação de trem desativada da Fazenda Santa Helena



Figura 3.4.8-10 - Município de São João da Boa Vista - Fazenda Morro Grande



Figura 3.4.8-11 - Município de Jacutinga - Igreja



Figura 3.4.8-12 - Município de Jacutinga -
Fazenda Antiga



Figura 3.4.8-13 -Município de Itapira -
Capela com tumulo ao lado



Figura 3.4.8-14 - Município de Itapira -
Fazenda Antiga



Figura 3.4.8-15 - Município de Itapira - Igreja Antiga



Figura 3.4.8-16 - Município de Tuiuti -
Fazenda Maringá



Figura 3.4.8-17 - Município de Bragança
Paulista - Fazenda Bacaina

3.4.8.4.2.1 - Locais de Importância Paisagística na Área de Estudo Local (AEL)

Em relação aos locais de importância paisagística e de potencial turístico na Área de Estudo Local (AEL) encontram-se, de uma forma geral, várias cachoeiras e pesqueiros (pesque e pague) com restaurantes, que são atrativos nos finais de semana.

O trecho 01 possui alguns locais com potencial turístico, a saber: a represa da UHE Marechal Mascarenhas, no município de Ibiraci (MG) e a região de montanhas, em Claraval (MG). Franca (SP) destaca-se por ser um polo produtor de sapatos e possuir grande infraestrutura de serviços, hotelaria e comércio. Em São João da Boa Vista (SP) encontra-se o 'Pico do Gavião' que possui pista de parapente, *paraglider* asa delta.

Destacam-se, no trecho 02, algumas cidades cuja economia e dinâmica social se apoiam fortemente no turismo, como Lindóia, Águas de Lindóia, Serra Negra, , e Monte Alegre do Sul. Estas cidades integram o Circuito das Águas Paulista, diferenciando-se por possuir uma infraestrutura planejada em conjunto e suportada pelo Governo Estadual de São Paulo.

Encontra-se nessas cidades uma série de atrativos, tais como fontes de água mineral abertas a visitação, farta oferta de hotéis, comércio e restaurantes, cachoeiras, lagos, museus de pequeno porte, teleféricos, alambiques, pesqueiros (pesque e pague), balneários, centros de convenções, festas e eventos, ateliês de arte, entre outros. Vale notar a expressiva frequência de congressos (profissionais, estudantes, etc.), cursos, reuniões de classe, encontros religiosos, excursões, e etc. realizados nesses locais durante todo o ano.

Ainda no trecho 02, o município de Jacutinga (MG) se destaca pela produção de malhas, atividade que atrai turistas e comerciantes. Já na zona rural de Itapira (SP), há passeios de ciclistas e Motocross.

No terceiro trecho do traçado, ainda que exista um potencial turístico relativo à presença de fazendas históricas de produção de café, com atrativos arquitetônicos e históricos, o mesmo não é explorado. Assim, não foi identificada neste trecho da AEL, presença de atividade turística de forma significativa.

3.4.8.5 - Instituições Envolvidas com o Patrimônio Histórico-cultural

O trato institucional de questões relacionadas ao patrimônio histórico e cultural se dá pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em nível federal, que é também um órgão interveniente no processo de licenciamento ambiental.

Em nível estadual o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEAPHA) é responsável em Minas Gerais, enquanto em São Paulo é a Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico (UPPH), vinculada à Secretaria Estadual de Cultura. Ainda em São Paulo também atua o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado (CONDEPHAAT).

Em nível municipal as instituições mais envolvidas com a defesa do patrimônio em Ibiraci (MG) são o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Ibiraci e a PROBRIG - Protetores da Bacia do Rio Grande.

Franca (SP) conta com algumas instituições que atuam na área de cultura, principalmente a FEAC - Fundação de Esporte, Arte e Cultura - que trabalha em conjunto com a Divisão da Cultura da Secretaria da Educação; e o Arquivo Histórico. O Conselho Municipal de Turismo é uma referência quanto ao patrimônio histórico e cultural; o Centro Universitário de Franca (Uni-FACEF) e a Faculdade de Direito de Franca contribuem com a manutenção dos museus locais.

A Secretaria de Educação e Cultura de Itirapuã (SP) é a principal instituição a preservar e divulgar as riquezas históricas do município.

Em São Tomás de Aquino (SP) os patrimônios preservados no município são mantidos pelos proprietários.

A instituição responsável pelo cuidado com os bens culturais e históricos de São Sebastião do Paraíso (MG) é a Secretaria de Cultura e Turismo.

Em Itamogi (MG) a Casa da Cultura é a entidade responsável pela preservação do patrimônio histórico e cultural da cidade.

Em Monte Santo de Minas (MG), o Museu Municipal e a Secretaria de Educação e Cultura são os principais órgãos envolvidos com o patrimônio histórico e cultural local.

As instituições locais que se envolvem com o patrimônio histórico em Arceburgo (MG) são o Instituto Histórico Municipal e o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural.

No município de Mococa (SP) o Conselho de Desenvolvimento do Patrimônio Artístico e Cultural da cidade, CONDEPAT, é responsável pela preservação do patrimônio histórico e cultural.

O cuidado com o patrimônio artístico e cultural de São Sebastião da Gramma (SP) fica a cargo da Secretaria de Cultura.

A responsabilidade sobre a preservação do patrimônio histórico e cultural de Vargem Grande do Sul (SP) está a cargo da Casa da Cultura.

O principal responsável pela manutenção do patrimônio do município de São João da Boa Vista (SP) é o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de São João da Boa Vista - CONDEPHIC.

O Conselho Municipal de Turismo de Andradas (MG) é o principal órgão da cidade a lidar com a preservação dos bens culturais e históricos. O órgão é formado pela Secretaria de Turismo, Associação Comercial Industrial e Rural de Andradas - ACIRA, agências de viagem locais e membros da sociedade civil.

A preservação do patrimônio histórico de Espírito Santo do Pinhal (SP) fica sob responsabilidade da Casa da Cultura e Turismo.

O Departamento de Cultura e o Conselho Municipal de Turismo atuam na conservação do patrimônio em Itapira (SP).

As secretarias de Cultura e Turismo de Lindóia (SP) são envolvidas com o patrimônio público cultural e histórico.

As instituições envolvidas com o patrimônio histórico e cultural em Serra Negra (SP) são o Conselho Municipal de Política Cultural e o Conselho Municipal de Turismo.

A Secretaria de Turismo é responsável pela manutenção do patrimônio histórico e cultural em Monte Alegre do Sul (SP).

Em Bragança Paulista (SP) a Secretaria de Cultura e o Departamento Estadual de Apoio às Estâncias - DADE - atuam na preservação do patrimônio histórico e cultural

Por fim, no município de Atibaia (SP) a Secretaria de Cultura e o SESI, que está implantando a “Estação SESI de Cultura” na cidade, são os maiores envolvidos com patrimônio histórico e cultural no município.

Além das instituições supracitadas, foram identificados museus em alguns municípios da AEM, conforme exposto no Quadro 3.4.8-2.

Quadro 3.4.8-2 - Museus na Área de Estudo Municipal (AEM)

UF	Município	Museus
SP	Franca	Museu Municipal de Franca
MG	São Sebastião do Paraíso	Museu Histórico Municipal Napoleão Joele
MG	Itamogi	Museu Histórico Municipal Júlia Venâncio Guimarães
SP	Mococa	Museu Histórico e Pedagógico Marquês de Três Rios
SP	Mococa	Museu de Arte Sacra
SP	Mococa	Museu de Artes Plásticas Quirino da Silva
SP	São José do Rio Pardo	Museu Rio-Pardense
SP	São João da Boa Vista	Museu Histórico e Pedagógico Armando Salles de Oliveira
MG	Andradas	Museu Municipal João Moreira da Silva
MG	Jacutinga	Museu do Tricô
SP	Itapira	Museu Municipal Histórico e Pedagógico Comendador Virgolino de Oliveira
SP	Itapira	Museu Municipal de História Natural Hortêncio Pereira da Silva Júnior
SP	Bragança Paulista	Museu de Bragança Paulista
SP	Bragança Paulista	Museu Municipal Osvaldo Russumano
SP	Atibaia	Museu Municipal João Batista Conti
SP	Atibaia	Museu Ferroviário Dinâmico
SP	Atibaia	Museu de História Natural Antônio Périgola
SP	Atibaia	Museu Hidroelétrico

Fonte: Levantamento de Campo Ecology Brasil, 2014

3.4.8.6 - Arqueologia

O Presente estudo foi elaborado a partir de dados secundários pesquisados e compilados pela empresa Antrópica, responsável pelo acompanhamento dos estudos técnicos de Arqueologia e Patrimônio Cultural, bem como o acompanhamento institucional junto ao IPHAN. Os estudos arqueológicos deverão ser aprofundados com a realização de levantamentos primários, incluindo as pesquisas e prospecção interventiva no solo em subsuperfície, a partir da publicação de portaria específica a ser emitida pelo IPHAN. Tais estudos deverão ser objeto de relatórios específicos a serem submetidos ao órgão responsável, concomitantemente ao licenciamento ambiental.

3.4.8.6.1 - Metodologia de Pesquisa e Desenvolvimento dos Estudos

3.4.8.6.1.1 - O Contexto Arqueológico do Estado de Minas Gerais

Em Minas Gerais, o estudo do período pré-histórico se iniciou pelo dinamarquês Peter W. Lund, basicamente interessado em fósseis de animais extintos. No entanto, em 1843, escavando a Gruta do Sumidouro, próxima a Lagoa Santa/MG, encontrou vestígios de grandes animais extintos misturados com restos humanos. Daí levantou sem muito alarde a hipótese, inimaginável para a época, de que os humanos tenham sido contemporâneos de alguns dos mamíferos já extintos. A hipótese foi confirmada mais tarde em outros pontos do globo e validada nos últimos 30 anos, inclusive em Minas Gerais, onde uma preguiça terrícola gigante, com cerca de três metros de comprimento, obteve recentemente datação de 9.700 anos, idade compatível com a presença dos primeiros povoadores.

No final dos anos 1970, a equipe do arqueólogo André Prous, um dos principais estudiosos da pré-história brasileira e titular do setor de Arqueologia do Museu de História Natural da UFMG, passou a dedicar-se à pesquisa no Alto-Médio São Francisco, em Minas Gerais, divisa com a Bahia. Os estudos se concentraram nos municípios de Januária, Montalvânia, Itacarambi e Juvenília. As pesquisas nos abrigos calcários da região evidenciam uma ocupação inicial entre 11 mil e 12 mil anos.

Na área de Minas Gerais foram encontradas centenas de pequenas e grandes lâminas de machados que apresentam formatos triangulares, com o gume polido formando sempre o lado menor. Esse tipo de lâmina apresentava em média de 15 a 20 cm de comprimento e era inserida em um orifício confeccionado em um cabo de madeira. Segundo Prous (1992), a parte oposta ao gume, quase cônica, era picoteada para que a superfície rugosa resultante facilitasse a retenção.

Tratava-se, então, de um objeto com um grande valor simbólico para estes grupos; também já foram encontradas lâminas em miniaturas que poderiam ser fabricados como adornos ou como brinquedos. Outra categoria de lâmina que já foi encontrada em Minas Gerais apresenta um formato de âncora, muito achatado. São frágeis para trabalhar com materiais espessos e são encontradas geralmente em urnas funerárias.

Também em Minas Gerais foram localizadas mãos de pilão em pedras. Na maioria dos casos elas são polidas e serviam provavelmente para moer milhos, mandiocas; porém, ainda muito pouco se conhecesse da alimentação destes grupos.

Conforme Prous (1992), o polimento é obtido esfregando-se uma pedra sobre um polidor que seja tão duro quanto ela, com ajuda da água e de abrasivos com rica quantidade de sílica. Ainda conforme o autor, o polimento permite a obtenção de gumes resistentes com morfologias biconvexas e bicôncavas.

3.4.8.6.1.1.1 - Instrumentos Lascados - a Tradição Itaparica

Segundo Fogaça (1995), o termo Tradição foi primeiramente utilizado por Calderón durante pesquisas realizadas na década de sessenta. Denominou de Tradição Itaparica as indústrias líticas que reconheceu através de escavação por níveis artificiais na Gruta do Padre (Pernambuco) e aquelas recuperadas em outros cinco sítios superficiais, depósitos aluvionais não distantes da Gruta do Padre. Dividiu sua Tradição em duas fases: Fase Itaparica (a partir de 8000/7000 BP) e Fase São Francisco (a partir de \pm 2500 BP).

De acordo com Fogaça (1995), Calderón estabeleceu a presença de "lesmas" como fóssil-guia de seu horizonte antigo. Preocupou-se com a utilização de terminologias "arbitrárias" para a descrição de pontas de projétil e com a ausência de métodos estatísticos (os gráficos acumulativos de F. Bordes) para a caracterização dos complexos industriais e sua comparação. Numa perspectiva de reconstrução histórico-cultural, Calderón assume a utilização dos conceitos de Tradição e Fase para a identificação de migrações pré-históricas.

3.4.8.6.1.2 - Indústria Cerâmica

3.4.8.6.1.2.1.1 - A Tradição Una

Para Minas Gerais, existem vestígios cerâmicos atribuídos a pelo menos duas tradições ceramistas distintas. A Tradição Una é formada por cacos não decorados, de paredes finas, muito porosas e heterogêneas e a pasta é muito dura. O antiplástico pode variar muito e seus componentes são: argila, carvão vegetal, calcário moído e areia rolada de rio. Segundo Prous (1992), a superfície é marrom, apresenta alisamento e uma brunhidura na face externa; os vasilhames na sua maioria são feitos por modelagens e não por roletes, as formas fechadas e globulares, os lábios são arredondados e as bordas podem ser levemente onduladas. A abertura da boca varia e na maioria dos casos é constrita.

Para Prous (1992), a Tradição Una não forma um conjunto homogêneo, pois segundo o autor a primeira variedade da Tradição ("a") encontra-se no norte mineiro e já forneceu datações antigas para a caracterização desta Tradição. Já a variedade "b" encontra-se na região periférica de Minas Gerais e que muito provavelmente seriam oriundos da variedade "a" (Prous, 1992).

3.4.8.6.1.2.1.2 - A Tradição Tupiguarani

Os grupos Tupiguarani são primariamente de origem amazônica, estando presentes em quase todo o território brasileiro. Sua abrangência está registrada em quase todos os estados do Brasil e em alguns países latinos. Sua abrangência em relação aos estados do Centro-Oeste, mais precisamente, Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais, são os grupos detentores do indicativo cultural associado às decorações pintadas, sendo esta a Tradição Tupiguarani Pintada ou Policroma.

Para Minas Gerais, a predominância observada em sítios Tupiguarani é da decoração plástica (incisos, ponteados, unglados e carenados). Ainda hoje, este grupo está presente no Mato Grosso do Sul, representado pelos Guarani, que ocupam algumas áreas divididas em duas etnias: os Kaiowá e os Nandeva.

Os Tupiguarani apresentam diversas peculiaridades em seus sítios e seus locais de ocupação. A começar pelo registro geral de que estes ocuparam não só locais exclusivos de sua Tradição, como também dividiram espaço com outras tradições no mesmo território ao mesmo tempo.

Essa questão é vista como complexa, pois a interação grupal entre os Tupiguarani e as outras tradições não pode ser vista simplesmente como um aspecto negativo ou unilateral. O certo é

que, apesar das ocupações em conjunto com outras tradições ceramistas, o caráter cultural da ocupação e da sistemática das indústrias culturais (lítica e cerâmica) manteve os traços Tupiguarani intactos.

Os grupos Tupiguarani privilegiavam locais onde ocorresse Mata de Galeria, áreas aplainadas e encostas suaves, próximas aos grandes rios, com o intuito de pescarem em grande escala e deslocarem-se para outros pontos. Isso faz inferir que, no caso dos Tupiguarani, o assentamento de muitas aldeias às margens dos grandes rios ocorreu com recorrência.

Com relação à habitação, os grupos desta Tradição chegaram a ocupar assistematicamente os abrigos sob rocha de Mato Grosso e Goiás, registrando, nos seus níveis superficiais, sua cerâmica policroma. Além de habitarem os locais já ocupados por outras tradições, os Tupiguarani formaram sítios de ocupação exclusiva, tais como grandes aldeias circulares, com mais de 500 m de diâmetro, por onde dispersaram grande quantidade de sua cerâmica especializada em processamento de mandioca (gênero de principal cultivo Tupiguarani), onde o antiplástico mais utilizado foi o caco moído.

As pinturas policromas externas e as decorações plásticas figuram como os principais elementos diagnósticos da ocupação Tupiguarani. Os vasos apresentam, sempre, ombros e bases convexas ou planas. Para a indústria lítica, lascamento uni e bipolar ocorreram em praticamente todos os sítios; também a utilização do polimento para a produção de artefatos especializados em abertura de clareiras e corte de árvores de médio-grande porte, tais como machados polidos e picoteados. As mãos-de-pilão e a mós também foram produzidas por estes grupos em grande número.

3.4.8.6.1.2.1.3 - A Tradição Sapucaí

Segundo Prous (2000), a cultura Sapucaí, datada do final do primeiro milênio da Era Cristã até o século XVIII, em Minas Gerais, é caracterizada por grandes aldeias que ocupam as vertentes dos morros nas imediações de pequenos córregos e bastante longe dos rios maiores. Uma aldeia estudada no município de Ibiá apresentava 15 malocas ovais com diâmetro maior entre 6 m e 18 m, algumas delas eventualmente ligadas por um pequeno anexo, formando dois semicírculos ao redor de uma praça central.

A maioria dos vestígios representados por cacos de cerâmica está espalhada aos milhares. Os Sapucaí utilizavam grandes vasilhas globulares (igaçaba) para guardar líquidos e sepultar os mortos. Em certas regiões (perto de Ibiá), cobriam-nas com chapisco de quartzo moído, enquanto

no restante do estado alisavam as paredes de barro. Ainda segundo Prous (2000), nota-se uma diferença entre urnas da parte ocidental do estado (Subtradição Sapucaí), quase esféricas, e as centro-sul (Subtradição Aratu) oblongas.

Nas urnas funerárias Sapucaí, aparecem pequenos vasos simples ou duplos em forma de cascas vegetais, cobertos por uma camada preta de fuligem fixada por polimento na parede quente. Os recipientes culinários são de tamanho médio, parecendo-se com tigelas ou apresentando forma cônica. São por vezes cobertos por tinta vermelha (engobo); quase nunca receberam decoração, a não ser eventuais impressões de pontos ou de unhas, formando uma linha ao redor da boca. Também de cerâmica são as rodela perfuradas cônicas ou bicônicas e os cachimbos. Em raros sítios aparecem adornos, suportes de panela cônicos e colheres de barro queimado.

Para Prous (2000), os Aratu/Sapucaí não eram exímios lascadores de pedra; limitavam-se a quebrar cristais e nódulos de quartzo sobre uma bigorna, escolhendo os resíduos mais aproveitáveis como facas. Utilizavam o polimento para fazer adornos e objetos destinados a um trabalho mais pesado; seus machados são geralmente alongados e fusiformes, com o gume polido para ter mais resistência e a parte oposta tornada rugosa por picoteamento, para proporcionar uma maior aderência no cabo.

Os machados ditos semicirculares, em forma de âncora, eram particularmente bem trabalhados, mais frágeis e, certamente não serviam para trabalhar a madeira. Finalmente, utilizavam instrumentos rugosos de arenito como lixa, para calibrar as varas destinadas a servir de flechas. (Prous, 2000)

3.4.8.6.1.3 - Arte Rupestre

As manifestações artísticas arqueológicas (pinturas ou gravuras) executadas em grutas, abrigos ou blocos isolados enquadram-se na categoria de patrimônio arqueológico conhecida como arte rupestre. Esses grafismos são encontrados em todo o território brasileiro. Embora o conteúdo simbólico nos escape, as expressões gráficas são registros do cotidiano, da alimentação, dos objetos, da técnica e da estética dos seus executores.

Em Minas Gerais, estado detentor de um dos mais significativos acervos de pinturas e gravuras rupestres do país, esses conjuntos estão organizados em grandes unidades estilísticas, chamadas Tradições. Essas unidades direcionam a pesquisa, delimitando suas áreas de concentração e caracterizando as tipologias.

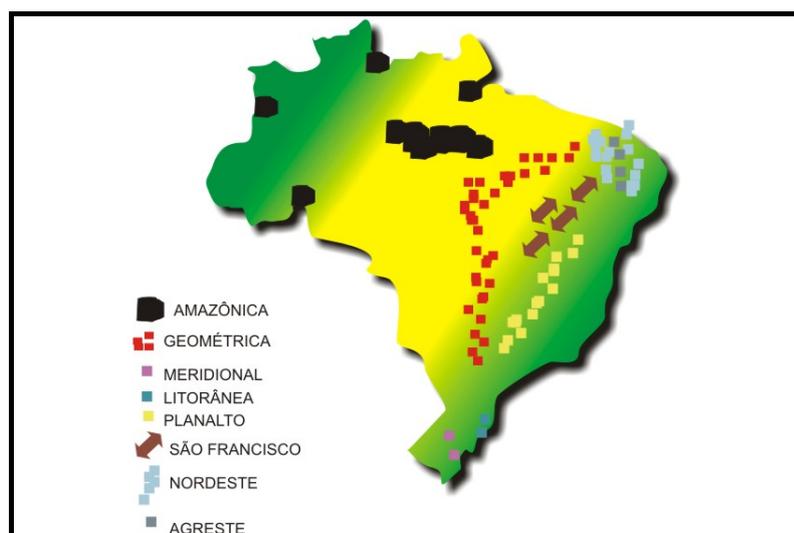
Em cada Tradição existem os estilos, que particularizam as manifestações regionalizadas, e os “fácies”, que indicam as singularidades de grupos ou de segmentos cronológicos.

Dessa forma, a partir das sucessivas ocupações ou da disposição das figuras, a arte rupestre permite que se observe a dinâmica dos grupos pré-históricos, os possíveis contatos intergrupais e o estabelecimento de datações e correlações.

O termo Tradição pode ser caracterizado por um conjunto de elementos similares responsáveis por agrupar um determinado número de pinturas como tendo uma única origem cultural.

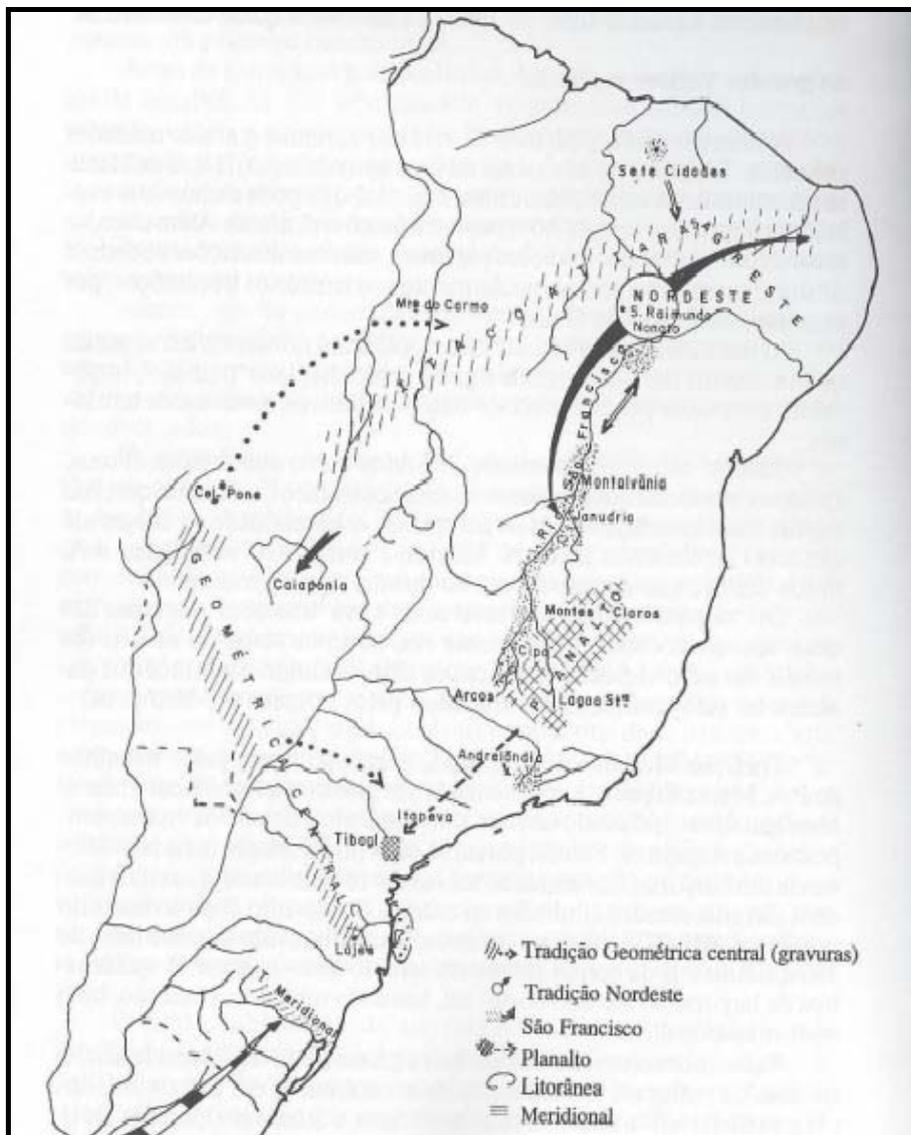
As tradições de pinturas rupestres são os grupos pelos quais são classificadas as imagens realizadas por populações pré-históricas. Estes grupos são divididos temporalmente e geograficamente, de modo que espera-se que qualquer pintura rupestre possa ser classificada enquanto pertencente à alguma Tradição, de acordo com a data em que foi realizada ou mesmo segundo sua localização geográfica. Gaspar (2003, 29) afirma ainda que “uma Tradição implica certa permanência de traços distintivos, geralmente temáticos. O que caracteriza uma Tradição frequentemente é a presença maior ou menor de representações figurativas humanas, de animais e vegetais”.

A arte rupestre em Minas Gerais destaca-se nas regiões de Lagoa Santa, Vale do Peruaçu, Januária e Norte de Minas. Recentemente foi instituído, por decreto, o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, com dezenas de grandes grutas, onde se encontram painéis com pintura rupestre, ossadas e objetos. Nas regiões de Diamantina e de Varzelândia também existe grafismo pré-histórico.



Fonte: www.ab-arterupestre.org.br.

Figura 3.4.8-18 - Mapa da dispersão das Tradições de arte rupestre no Brasil.



Fonte: Prous (1992, pg. 512).

Figura 3.4.8-19 - Tradições Rupestres no Brasil.

São reconhecidas enquanto Tradições de pinturas rupestres aplicadas ao território brasileiro as seguintes denominações, acompanhadas de suas respectivas localizações geográficas: Tradição Planalto, desde o Paraná até a divisa dos estados de Minas Gerais e Bahia; Tradição São Francisco, ao longo do rio homônimo; Tradição Nordeste, tendo seu epicentro na região de São Raimundo Nonato, Sudeste do Piauí; Tradição Meridional, na região Sul do país; Tradição Litorânea Catarinense, para esta região; Tradição Geométrica, abrangendo pinturas e gravuras majoritariamente geométricas no Nordeste do país; Tradição Agreste, sendo esta considerada

originária da Tradição Nordeste e, por fim, a Tradição Amazônia de pinturas rupestres, englobando toda esta vasta região.

Em Minas Gerais predominam três grandes Tradições de arte rupestre: Tradição Planalto, Tradição Nordeste e Tradição São Francisco. Na fronteira com Goiás já foram encontrados também registros da Tradição Geométrica.



Fonte: Pereira, 2013.

Figura 3.4.8-20 - Imagens de representações geométricas em Andrelândia, sul de MG.

3.4.8.6.1.4 - O Contexto Arqueológico do Estado de **Estado de São Paulo**

Para São Paulo existem duas Tradições líticas que seriam a Umbu e a Humaitá. Segundo Prous (1992), a área de dispersão destes grupos de caçadores coletores da Tradição Umbu chega ao norte, até o nordeste do estado do Paraná e São Paulo e vai até a República do Paraguai; a oeste, nas províncias argentinas de Corrientes, Entre Rios e Misiones; a leste, o Oceano Atlântico; e ao sul, até o extremo sul da América, no estreito de Magalhães.

No Rio Grande do Sul, é no nordeste do estado que se encontram as datações mais antigas. Nesta região, nos vales dos rios Taquari e Antas existem cronologias que chegam a 9 430 A.P. Entretanto, distribuídas nos três estados do sul do Brasil, há datações de apenas alguns séculos

atrás. A partir desta dispersão espacial e temporal, a Tradição Umbu foi dividida em 22 fases arqueológicas que foram criadas e caracterizadas por diversos autores.

Conforme Prous (1992), estas populações se estabeleceram em diversas regiões, principalmente nas planícies sul-sudoeste e zona contíguas à encosta do planalto.

Ocuparam áreas com vegetação não muito fechada, nas bordas das florestas que margeiam as zonas de campo do alto do platô sul-brasileiro e zona do pampa gaúcho, bem como regiões ao abrigo da fímbria da floresta subtropical com ou sem araucária.

Raramente se instalaram dentro da mata, que é território da Tradição Humaitá, ou no litoral, onde se encontram os sambaquis.

Suas ocupações apresentam espessuras desde alguns centímetros em sítios a céu aberto e até mais de um metro nos abrigos sob rocha numa área ocupada, em média, de 200 a 1.000 m.

De acordo com Prous (1992) os restos alimentares, evidentes predominantemente nos abrigos sob rocha, indicam que a caça era generalizada e relacionada à fauna atualmente. As frutas, apesar de pouco representadas, deveriam igualmente compor a alimentação.

Estes restos de alimentos refletem que havia uma apropriação de produtos naturalmente disponíveis, sem o envolvimento da produção humana, e esta dinâmica sugere dizer que os grupos mantinham-se pequenos, móveis e dispersos pelo território. Do mesmo modo, alguns esqueletos humanos foram somente identificados nos abrigos rochosos.

Segundo Prous (1992), estes grupos de caçadores coletores produziam seus artefatos tanto sobre as matérias-primas líticas quanto sobre material ósseo e conchífero. Apesar da escassa recuperação destes dois últimos tipos complementa a autora, identificam-se sobre material ósseo, principalmente furadores, pontas duplas, espátulas, anzóis, agulhas, retocadores, raspadores e ornamentos sob a forma de dentes perfurados; e sobre material conchífero, geralmente encontram-se contas perfuradas de carapaças de moluscos.

A matéria-prima utilizada para a produção dos artefatos líticos é variada: sílex, calcedônia, arenito silicificado, basalto, quartzo, etc. - e suas escolhas dependem não apenas das disponibilidades regionais, mas também das exigências dos artefatos a serem produzidos. Prous (1992).

A técnica do lascamento é a percussão direta; contudo, os retoques por pressão representam a característica por excelência desta Tradição.

De acordo com Prous (1992), os retoques desta indústria são de melhor qualidade técnica do que os da Tradição Humaitá mesmo na elaboração dos bifaces. O autor acrescenta que estes caçadores coletores já teriam o conhecimento da técnica de polimento.

Seus artefatos líticos típicos são especialmente as pontas de projétil (pedunculadas com aletas, triangulares ou foliáceas), seguidas de inúmeras lascas, raras lâminas, facas bifaciais, raspadores médios ou pequenos (terminais, laterais, plano-convexos, com pedúnculo, circulares, discoidais, elípticos, unguiformes, quadrangulares, triangulares, com escotadura, em ponta), furadores, folhas bifaciais, pequenos bifaces, percutores.

Igualmente presentes na indústria, porém, menos freqüentes, têm-se lesmas (ou raspadores laminares terminais), buris, talhadores (*chopper* e *chopping tool*), grandes bifaces, suportes de percussão, mós, entre outros.

Associados a estes artefatos encontram-se, eventualmente, machados semipolidos ou polidos, boleadeiras, alisadores, etc.

Dentre estes materiais, sugere que os raspadores serviriam para raspar a carne do couro, as escamas dos peixes e a madeira; os furadores estariam ligados às tarefas de perfurar o couro utilizado nas vestimentas e construções; as facas serviriam para cortar a carne, peles, couro e madeira; as pedras com entalhe seriam utilizadas para a confecção de arcos; os pequenos bifaces serviriam para retalhar os animais e as lascas com sinais de utilização estariam relacionadas às atividades de cortar, raspar e furar.

Acrescenta que os pequenos talhadores, ao surgirem em ambientes florestais, estariam demonstrando a adaptação do grupo ao meio e tratar-se-iam de instrumentos que substituíram o machado na derrubada de árvores, na procura de raízes e, também, no retalho dos animais.

Também observamos que as bolas de boleadeira "mamilares" (ou "rompe-cabeças") possivelmente seriam utilizadas como arma de guerra, e que as pedras com depressão semi-esféricas polidas e picoteadas poderiam corresponder à base para sustentar a haste de madeira rotativa para a fiação, à bigorna para lascamento ou à base para quebrar coquinhos.

3.4.8.6.1.4.1 - Tradição Humaitá

A Tradição Humaitá, conforme Prous (1992) foi definida para os grupos de caçadores coletores que se estabeleceram em um ambiente específico caracterizado pelas florestas subtropicais. Seus sítios são encontrados em meio às florestas subtropicais nas encostas meridionais do planalto sul-brasileiro, no vale do Alto Uruguai e nas alturas cobertas de matas de araucária do norte do Rio Grande do Sul.

Igualmente está representada em sítios do Vale do Rio Paraná e de seus afluentes, na Argentina (Misiones), no Paraguai, no oeste de Santa Catarina, no oeste e norte do Paraná e sul de São Paulo.

Apresenta uma abrangência temporal que varia de 1040 a 8640 A.P. Do mesmo modo que a Tradição Umbu, a Tradição Humaitá foi dividida em 20 fases arqueológicas segundo as suas dispersões espacial e temporal.

De acordo com esse autor, para a produção dos artefatos líticos, os artesãos desta Tradição empregaram preferencialmente as rochas vulcânicas (basaltos, diabásios e riolitos) e os arenitos silicificados; isto é, rochas disponíveis no local ou próximas aos seus assentamentos.

Os cristais de quartzo, ágata e calcedônia foram utilizados em proporções menores e obtidos para a produção de pequenos artefatos.

Em geral, trata-se de artefatos produzidos a partir de núcleos ou de grandes lascões de basalto e mais raramente a partir de seixos, como observado em outras culturas. A técnica de lascamento empregada era, na maioria dos casos, por percussão direta, sendo a técnica da percussão bipolar extremamente rara.

Do mesmo modo, a técnica do polimento começa a aparecer somente em um período mais tardio no Rio Grande do Sul e em toda a região platina oriental - apesar de tratar-se de uma técnica já conhecida dos grupos do litoral e dos caçadores coletores das zonas de campo.

Os artefatos típicos dessa indústria lítica estão representados por lâminas de machado manual, lascadas bifacialmente (bifaces), talhadores (*choppers, chopping tools*), picões, raspadores (plano-convexos, com entalhes, terminais, laterais e circulares), plainas, facas, furadores, pontas e lascas (simples, retocadas, com entalhe, em forma de cunha, irregulares, etc.).

Para Morais (2000), há ocorrências de acampamentos dos sistemas Umbu e Humaitá tanto nas grandes como nas pequenas calhas fluviais, nas colinas e pequenos colos e platôs distribuídos em costas altimétricas.

Os acampamentos das duas tradições, segundo Morais (2000), localizam-se junto às matérias-primas aptas para o lascamento das rochas; a ocupação dos espaços geográficos dependeu menos das adaptações ambientais e os sítios podem ser encontrados em terraços, patamares de vertentes, cabeceiras de nascentes e topos de interflúvios que serviam geralmente para a moradia.

3.4.8.6.1.4.2 - Tradição Tupiguarani

Os grupos Tupiguarani são primariamente de origem amazônica, estando presentes em quase todo o território brasileiro. Sua abrangência está registrada em quase todos os estados do Brasil e em alguns países latinos e, em relação aos estados do Centro-Oeste, mais precisamente, Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais, são os grupos detentores do indicativo cultural associado às decorações Pintadas, sendo esta a Tradição Tupiguarani Pintada ou Policrômica.

As primeiras informações acerca da ocupação do território paulista por grupos Tupi estão presentes em diversas fontes etno-históricas. Essa bibliografia é extensamente apresentada nos trabalhos de Scatamaccia (1981, 1990).

Para São Paulo, a predominância observada, em sítios Tupiguarani, é da decoração plástica (incisos, ponteados, ungulados e carenados). Ainda hoje, este grupo está presente no Mato Grosso do Sul, representada pelos Guarani, que ocupam algumas áreas divididas em duas etnias: os Kaiowá e os Nandeva.

Os Tupiguarani apresentam diversas peculiaridades em seus sítios e seus locais de ocupação. A começar pelo registro geral de que estes ocuparam não só locais exclusivos de sua Tradição como também dividiram espaço com outras tradições no mesmo território ao mesmo tempo.

Essa questão é vista como complexa, pois a interação grupal entre os Tupiguarani e as outras Tradições não pode ser vista simplesmente como um aspecto negativo ou unilateral. O certo é que, apesar das ocupações em conjunto com outras Tradições ceramistas, o caráter cultural da ocupação e da sistemática das indústrias culturais (lítica e cerâmica) manteve os traços Tupiguarani intactos.

Os grupos Tupiguarani privilegiavam locais onde ocorresse Mata de Galeria, áreas aplainadas e encostas suaves, próximas aos grandes rios, com o intuito de pescarem em grande escala e deslocarem-se para outros pontos. Isso faz inferir que, no caso dos Tupiguarani, o assentamento de muitas aldeias às margens dos grandes rios ocorreu com recorrência.

Com relação à habitação, os grupos desta Tradição chegaram a ocupar assistematicamente os abrigos sob rocha de Mato Grosso e Goiás, registrando, nos seus níveis superficiais, sua cerâmica policrômica.

Além de habitarem os locais já ocupados por outras tradições, os Tupiguarani formaram sítios de ocupação exclusiva, tais como grandes aldeias circulares, com mais de 500 m de diâmetro, por onde dispersaram grande quantidade de sua cerâmica especializada em processamento de mandioca (gênero de principal cultivo Tupiguarani), onde o antiplástico mais utilizado foi o caco moído.

As pinturas policrômicas externas e as decorações plásticas figuram como os principais elementos diagnósticos da ocupação Tupiguarani. Os vasos apresentam, sempre, ombros e bases convexas ou planas.

Para a indústria lítica, lascamento unipolar e bipolar ocorreram em praticamente todos os sítios e também a utilização do polimento para produção de artefatos especializados em abertura de clareiras e corte de árvores de médio-grande porte, tais como machados polidos e picoteados. As mãos-de-pilão e a mós também foram produzidas por estes grupos em grande número.

3.4.8.6.1.4.3 - Tradição Taquara-Itararé

A Tradição Taquara-Itararé é meridional, e avança para o território da região sudeste. Ela abrange os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Esta Tradição ocupa as regiões elevadas e frias destes estados. Inicialmente os pesquisadores chamaram Tradição Taquara e consideraram uma mesma Tradição Taquara-Itararé, com uma subTradição meridional, a Taquara, e uma setentrional, a Itararé.

São características as habitações chamadas casas subterrâneas, ocupadas paralelamente com os sítios a céu aberto e abrigos naturais. Essas habitações apareciam isoladas ou em grupos de duas até 68 unidades. Estas costumam ocupar a encosta dos morros, próximos a córregos pequenos.

As casas são geralmente de forma circular, mas aparecem também elípticas e geminadas. Frequentemente aparecem junto a pequenos montículos, aos quais é atribuída função de monumento funerário. Os abrigos também eram utilizados para funções funerárias.

As casas subterrâneas eram cobertas por uma armação de madeira. Não existem ainda elementos suficientes para recompor com precisão a forma geral. As escavações evidenciaram um esteio central, especialmente nas casas médias e grandes, que sugere uma armação apoiada nesse poste e nas bordas da casa, sobre a qual deveria haver uma camada de palha.

3.4.8.6.1.4.3.1 - A Cerâmica Taquara

A cerâmica é o elemento característico dessa Tradição. A cerâmica é simples, de pequenas dimensões, com parca decoração plástica. Conforme Prous (1992), as subtradições Taquara e Itararé apresentam algumas diferenças. A cerâmica Itararé caracteriza-se pela raridade da decoração, antiplástico de areia com quartzo e grãos de hematita de tamanho grande e numerosa quantidade. Os recipientes são pequenos, com paredes finas, com formas mais altas do que largas, com vasos cônicos, hemisféricos, quase cilíndricos, com bases arredondadas.

A técnica de confecção dos mesmos é o modelado. Quando existe decoração, ela é exclusivamente plástica, geralmente unglado, inciso, ponteados e alguns com impressão de cestaria. A cerâmica Taquara apresenta muitos pontos em comum, porém a frequência de decoração é bem maior do que na região setentrional.

O que se pode observar quanto a técnica utilizada para a confecção dos artefatos cerâmicos é que existem três características fundamentais, superposição de roletes, por placas e modelado. A construção foi feita através da superposição de roletes de argila; apresentam tratamento plástico de superfície; existem queimas em diferentes temperaturas.

Estas opções são escolhas técnicas feitas pelo artesão antes mesmo de começarem a produzir a peça, como passo inicial do processo. Os fragmentos geralmente possuem diferentes graus de erosão, sendo resultantes do processo de cocção da peça em si, onde quanto mais baixa for a temperatura, menor resistência terá a peça.

Estas peças a princípio teriam um aspecto mais "tosco", por isso comumente associada a uma cerâmica de baixa qualidade. Na verdade estas peças, as "*crudware*" possuem maior resistência ao choque térmico, sendo de uso ideal para a cocção de alimentos, pois podem ir mais vezes ao fogo sem quebrarem. Cada vez que a cerâmica é exposta ao fogo, a sua resistência diminui.

Outra característica dessas peças é a alta permeabilidade, não sendo indicadas para a estocagem de líquidos. Assim observamos que nenhum design é perfeito. Onde uma escolha técnica resolve um problema, pode ser geradora de outros tantos.

Para finalizarmos a interpretação dos dados que obtemos, existem os tratamentos plásticos de superfície. Utilizando uma analogia etnográfica direta com os Kaingang atuais, podemos ter resultados bastante expressivos.

Uma das estruturas estruturantes da sociedade Kaingang está na patrilinearidade dos grupos. Essas relações totêmicas evitam casamentos entre parentes próximos, auxilia na reciprocidade, entre outros fatores. Os estudos atuais apontam para a divisão do grupo em duas grandes famílias: Kaméekairu. Estas estruturas estariam representadas em todos os gestos Kaingang.

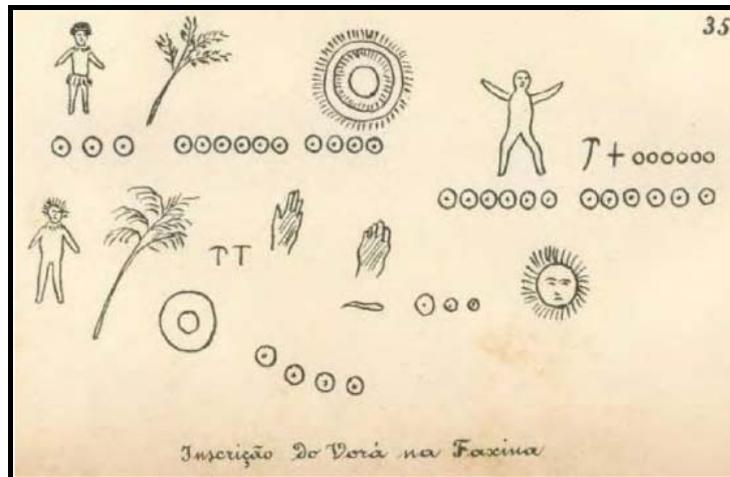
A maneira de expressar essas representações através da cultura material está no tratamento plástico dado às peças. Na cestaria contemporânea Kaingang os motivos teriam este papel. Os motivos com linhas contínuas seriam ligados aos Kamé, enquanto os motivos não contínuos associados aos Wäre.

3.4.8.6.1.4.4 - A Tradição Aratu-Sapucaí

A Tradição Aratu, em Minas Gerais e Mato Grosso e no norte de São Paulo, é conhecida por Sapucaí. Somente se dispõe de dados detalhados para o estado de Minas Gerais, já informados anteriormente nesse texto.

3.4.8.6.1.4.5 - Arte Rupestre

As primeiras notícias de registros rupestres paulistas localizados no município da Faxina, província de São Paulo, constam em artigo publicado por Tristão de Alencar Araripe na Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de 1887.



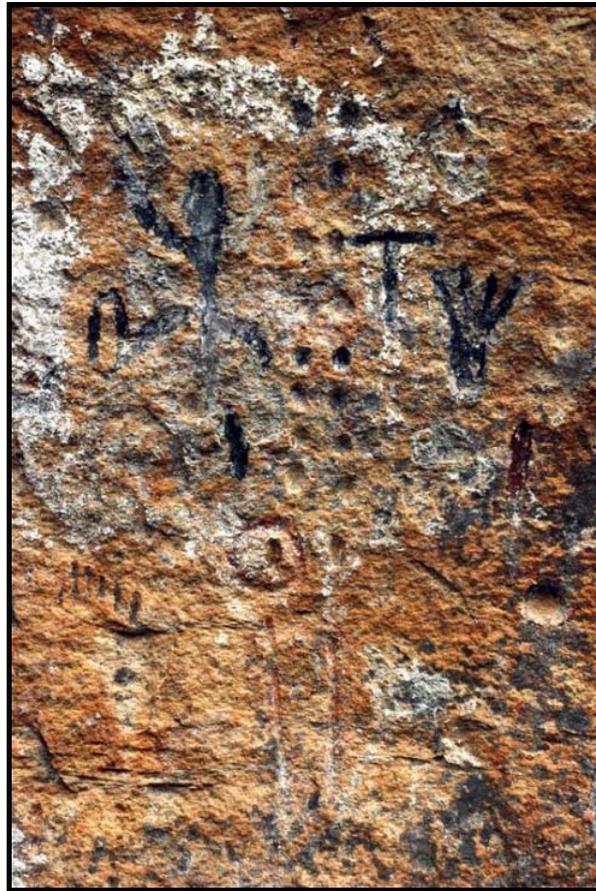
Fonte Araripe (1887, p. s/n).

Figura 3.4.8-21 - Imagens dos registros rupestres localizados no Vorá da Faxina, atual sítio rupestre Abrigo de Itapeva.

Tradição Geométrica

A Tradição Geométrica representa exclusivamente figuras geométricas e, em algumas vezes aparecem lagartos e aves. A Tradição Geométrica surge desde o estado de Santa Catarina, passando pelo Paraná, São Paulo, Mato Grosso, Piauí, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Goiás. Devido à grande área abrangida e a diversidade de representações, o arqueólogo André Prous a subdivide em meridional e setentrional.

Os sítios setentrionais aparecem nas imediações de rios, principalmente próximos de cachoeiras. As gravuras foram feitas em blocos que nas épocas de enchentes ficam submersos. Geralmente são gravuras polidas, ocorrendo depressões periféricas chamadas de cupuliformes e algumas gravuras biomorfas que lembram sáurios ou homens.



Fonte: www.itapeva.sp.gov.br.

Figura 3.4.8-22 - Arte rupestre em Itapeva/SP.

Nos sítios meridionais ocorrem gravações, e alguns sendo retocados com pigmentos. As figuras foram realizadas em locais que não são banhados pelas enchentes, sendo que em alguns casos ficam longe de cursos d'água.

Aparecem tridáctilos, triângulos e algumas vezes foram feitas incisões ou um ponto no interior das figuras, que os arqueólogos denominam de vulvas.

No estado de São Paulo encontram-se sítios com gravuras rupestres da Tradição Geométrica (meridional). São frequentes as pegadas de aves e de veado, que podem estar alinhadas em rastros, além de pés humanos e de felinos, isolados.

3.4.8.6.2 - Potencialidades Arqueológicas Regionais

3.4.8.6.2.1 - Estado de São Paulo

No estado de São Paulo são registrados junto ao Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) do IPHAN 1.198 sítios arqueológicos⁴. Nos municípios abrangidos pelo empreendimento neste estado existem os seguintes registros informados.

Município	CNSA	Nome
Atibaia	SP00145	Atibaia 1
	SP00146	Atibaia 2
	SP00147	Atibaia 3
	SP00148	Atibaia 4
	SP00739	Atibaia 5
Bragança Paulista	SP00143	Bragança I
	SP00741	Bragança 3
	SP01059	Toca da Paineira
Itapira	SP01191	Rio do Peixe
	SP01192	Espaço Natureza
	SP01193	Jacuba
	SP01194	Virgolino
Patrocínio Paulista	SP01085	Patrocínio Paulista II
	SP01086	Patrocínio Paulista I

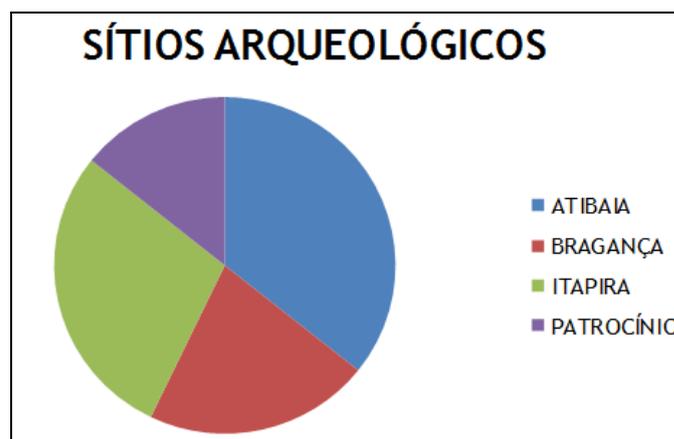


Figura 3.4.8-23 - Sítios arqueológicos (CNSA/IPHAN) na área abrangida pela LT no estado de SP.

⁴ Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montaPaginaSGPA.do>.

A seguir apresenta-se o mapa dos sítios arqueológicos cadastrados na área dos municípios abrangidos pela LT no estado de São Paulo.

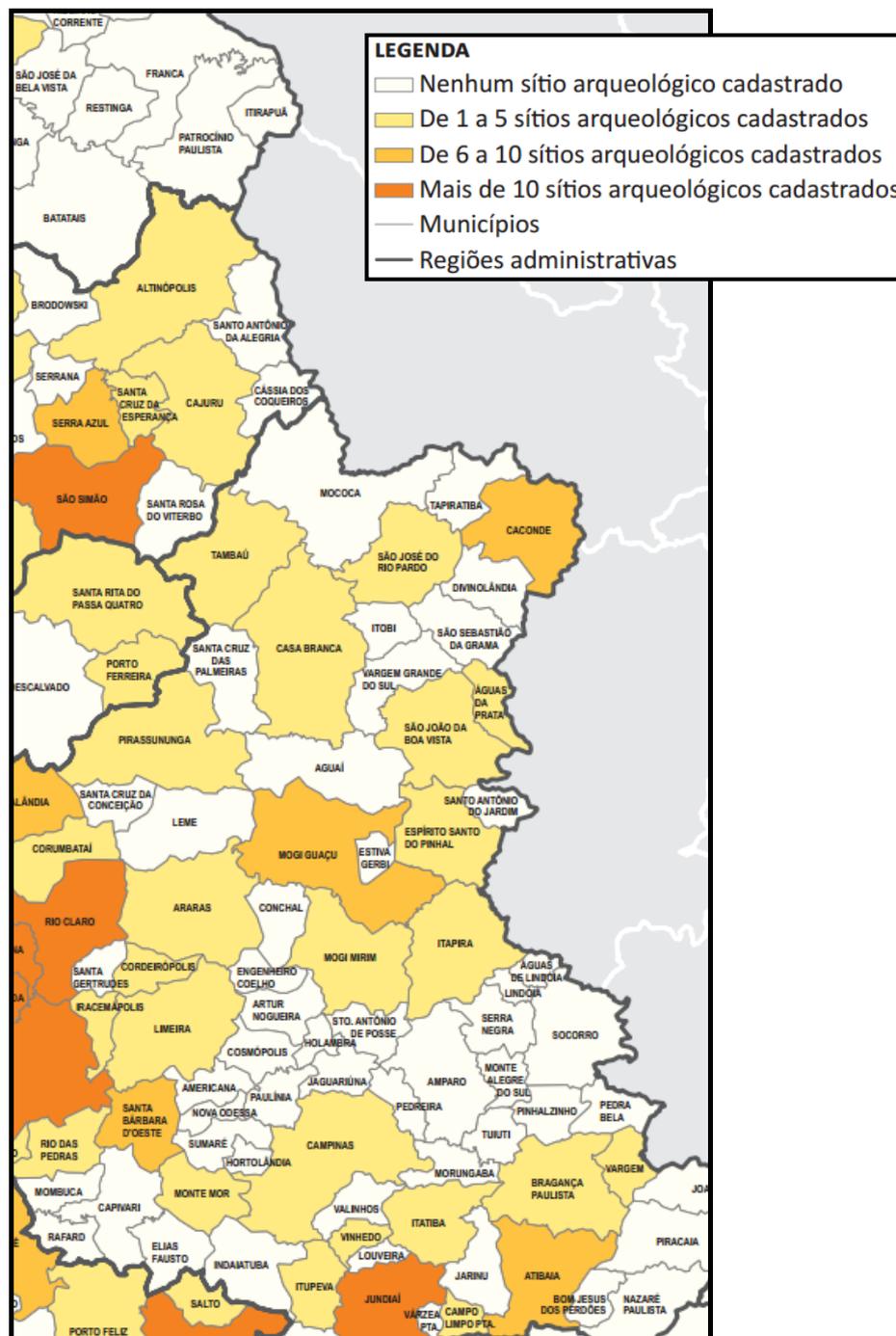


Figura 3.4.8-24 - Potencialidade Arqueológica por número de Sítios Cadastrados (CNSA/IPHAN) na área abrangida pela LT no estado de SP.

A citação mais antiga para a região nordeste de São Paulo pertence ao prof. Ruy Tibiriçá e remonta ao ano de 1935: no texto "Arqueologia Brasileira", o autor identifica a cerâmica encontrada em Pirassununga como pré-colombiana paulista (Tibiriçá, 1935). Em temporalidade próxima, Lévi Strauss e a esposa estiveram em Pirassununga e ali coletaram amostras cerâmicas (Moraes, 2007).

Segundo Moraes (2007, p. 20) a característica dos trabalhos desenvolvidos à época foi apontar a correlação entre o material arqueológico e grupos Tupi-Guarani, sempre estabelecida com base nos atributos decorativos da cerâmica.

Neste mesmo período, outros dois pesquisadores, não filiados a tradições científicas, Manuel Pereira de Godoy e José Anthero Pereira Junior pesquisaram as adjacências de Pirassununga e Franca respectivamente. (Schiavetto, 2007, p. 25).

Na região de Ribeirão Preto, na década de 1970, Nather Júnior (1977) identificou, demarcou e realizou coletas em alguns sítios arqueológicos. Segundo o referido pesquisador o objetivo preliminar era mostrar a riqueza dos vestígios para futuras pesquisas sistemáticas (Nather Junior, 1977; Scientia, 2000a). Os objetivos de Nather Junior foram alcançados, já que seus resultados contribuíram, na década de 1980, para a implantação do projeto "Pré-história do nordeste do Estado de São Paulo: Um estudo de ecologia humana", sob a coordenação de Solange Bezerra Caldarelli e Walter Alves Neves.

Na década de 1980, o Grupo Bagrus de Espeleologia, representado por Guy Christian Collet (1982, 1985), prospectou alguns abrigos sob rochas e cavernas no município de Analândia e região, contribuindo para a identificação de sítios rupestres e líticos. Collet também é apontado por Caldarelli (1980a, p. 86) por ter contribuído com informações arqueológicas no sudeste paulista, o que culminaria com o desenvolvimento de projeto científico, na área das bacias dos rios Sorocaba, Conchas e Guareí, servindo, também, como fonte da tese de doutoramento da referida pesquisadora.

Ligada as pesquisas filiadas à Academia, no início da década de 1960, Niède Guidon realizou prospecções no vale do Pardo, identificando o Sítio Lítico Jataí, localizado no topo da serra homônima no município de Luiz Antônio. A qualidade litológica para o lascamento ficou evidente in situ onde ocorre "(...) uma formação do grupo São Bento e em certos trechos afloram grandes blocos de arenito vermelho" (Guidon, 1964, p.395).

Pesquisas sistemáticas posteriores foram realizadas mais ao sul, no Vale do Mogi Guaçu, na década de 1970, sob a coordenação de Luciana Pallestrini, do Museu Paulista/USP (Afonso; Moraes, 2003).

Em 1959, o professor da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Rio Claro (FFCL) Fernando Altenfelder Silva (1967; 1968) iniciou prospecções na área

A prospecção iniciada abrangeu também os municípios de Itirapina, São Carlos, Piracicaba e Pirassununga, coletando amostras de 80 sítios arqueológicos. Nos anos de 1964 a 1965, o Museu Nacional, representado por Maria C. Beltrão (1974) desenvolveu trabalho paralelo na região, porém concentrando esforços na escavação do Sítio Alice Böer, localizado em Rio Claro.

Em 1973, Uchôa e Garcia realizaram prospecções na região de Rio Claro, identificando 15 sítios e coletando material arqueológico em 11 deles.

Em 1979 e 1980, Luciana Pallestrini do Museu Paulista/USP dirigiu pesquisas no vale do Piracicaba e Mogi Guaçu. Prospecções identificaram no município de Santa Bárbara d'Oeste o Sítio Caiuby, que apresentou material lítico predominantemente em sílex. Moraes (1983) o incluiu em sua tese de doutorado, estudando sua indústria, apontando o alto grau de elaboração em peças como bifaces, pontas, raspadores e unifaces, finamente retocados. O sítio foi datado por meio de uma estrutura de combustão associada a vestígios arqueológicos em idade calibrada de 4230 a 4180 a.C.

No começo da década de 1980, teve início o Programa de Pesquisas Arqueológicas no Vale do Rio Pardo, compreendendo o médio vale, desenvolvido pelo IPH-USP, sob a coordenação de Solange Caldarelli e Walter Neves.

Durante a vigência do programa foram identificados 16 sítios líticos a céu aberto. (Caldarelli, 1980b; Caldarelli; Neves, 1981; Caldarelli, 1983b; Afonso, 1989, 2005).

A partir da década de 1990 com o advento da arqueologia voltada ao licenciamento ambiental começou a ser revelado um volume significativo de dados arqueológicos,

Nos anos de 1992 a 1994 foi efetuado resgate na área da PCH Mogi Guaçu, que cobre os municípios de Mogi Guaçu, Mogi Mirim e Itapira. As prospecções revelaram cinco sítios cerâmicos pré-coloniais

O levantamento arqueológico, realizado pela Scientia Consultoria Científica (2000a) na rodovia SP-340, entre os municípios de Casa Branca e Mococa, revelou três sítios arqueológicos.

3.4.8.6.2.1.1 - Município de Atibaia/SP

A ocupação pretérita dessa região perde-se no tempo, sendo registrada, quando do início da colonização européia (século XVI), a presença de índios de fala Tupi e de outra etnia, os Guarus ou Guarulhos, de língua desconhecida, provavelmente do tronco linguístico Macro-Jê. O destino desses grupos indígenas foi o extermínio ou absorção pela sociedade branca que, desde então, se implantou nesse meio. Interpretações diferentes não definem se os antigos habitantes desta região eram da qualidade Tupi ou Guarani.

No processo colonial a então tribo Guarulho, no século XVII, expulsos e perseguidos no planalto de São Paulo, vieram para as barrancas dos Rios Atibaia e Jaguarino então chamado Sertão de Jundiá e de Camanducaia.

Fontes etno-históricas indicam para o município de Atibaia a existência de indígenas de língua Tupi no início do século XVI. A essa população indígena posteriormente juntaram-se os brancos e negros. Num curto espaço de tempo histórico, de 1700 a 1800, as tribos originais foram reduzidas praticamente a zero. Restaram, é certo, aqui e ali alguns poucos representantes dos Guarulhos em Atibaia. Alguns núcleos familiares acabaram por se integrar no novo sistema, o que, no caso de São Paulo, deu origem ao célebre caboclo ou caipira paulista (Camargo, 2004).

O quadro arqueológico no entorno da região de Atibaia está inserido na bacia do Rio Piracicaba que faz parte do contexto arqueológico da bacia do médio Tietê. Essa área foi ocupada por bandos de índios caçadores coletores a partir de 9.000 até 2.500 AP e por tribos horticulturas que produziram as cerâmicas das Tradições Tupiguarani ou Itararé a partir de 800 AP até a chegada do colonizador europeu.

O estudo apresentado pela arqueóloga Neide Barrocá Faccio (2005) sobre Atibaia contém a afirmação de que a região apresenta potencial arqueológico, ainda pouco conhecido, haja vista a ausência de pesquisas arqueológicas sistemáticas na área. A história de Atibaia é conhecida por meio de documentos textuais esparsos e por Tradição oral; contudo, esta é a história de poucos.

Durante os séculos XVII e XVIII habitavam a região norte de São Paulo e da grande São Paulo vários povos de origem não Tupi, caso dos Guaianás e outros. Toda a extensão de terra entre

Guarulhos e Juqueri de um lado e do Pico do Jaraguá na zona oeste era habitada por esses povos que foram empurrados mais para o norte da planície paulista pelos Tupis-Guaranis.

Segundo Astolfo Gomes de Melo Araújo (2007), a denominação de Guaianás ou Guaianazes, tanto a grupos Jê quanto a grupos Tupi, foi fonte de muita confusão a respeito dos habitantes indígenas do planalto paulista e, por extensão, a própria história dos grupos Kaingang.

Com base na toponímia, nos relatos jesuíticos e de outros cronistas, além de algumas informações de cunho arqueológico, fica patente que os indígenas que dominavam os Campos de Piratininga eram pertencentes a um grupo Tupi, os chamados Tupiniquins. Na mesma região existiam vários outros grupos indígenas não Tupi, genericamente denominados Tapuias, dentre eles os Guaianás e Maromimi (Prezia 2000).

Se estes eram ou não relacionados aos que são conhecidos historicamente como Kaingang, somente pesquisas arqueológicas futuras poderão desvendar, mas os poucos dados existentes sugerem uma grande afinidade em termos de cultura material.

De qualquer modo, não se pode deixar de levar em consideração que grupos não Tupi, muito provavelmente grupos Jê, estavam convivendo nas proximidades dos Tupiniquins; as informações de Hans Staden (1974) e Gabriel Soares de Souza (1971) ilustram bem esta afirmação. Autores posteriores tenderam a achar fantasiosa a possibilidade de grupos distintos ocuparem áreas tão próximas. Ayrosa (1967) exemplifica bem esta posição, ao comentar a suposição de Teodoro Sampaio de que Guaianá (não Tupi) teriam sido vencidos pelos Tupiniquim (os moradores de Piratininga) e se refugiado nas montanhas.

Araújo (2007) sugere que a situação encontrada na região planáltica de Atibaia, no sudoeste do estado de São Paulo, é muito semelhante à encontrada nas demais porções da região planáltica de São Paulo, ou seja, que tanto em um lugar como em outro havia grupos Tupiguarani ocupando áreas mais abertas, com relevo mais suave, ladeados de grupos de origem Jê, igualmente numerosos, ocupando as áreas mais acidentadas, sobre as serras.

Esta situação provavelmente é válida para toda a extensão da Serra do Mar; passando pelas regiões de Capão Bonito, Piedade, São Miguel Arcanjo, Ibiúna, Cotia, até chegar a São Paulo e, provavelmente se estendendo para o nordeste.



Fonte: Araujo 2007

Figura 3.4.8-25 - Sítio arqueológico em Atibaia.

No caso da região de São Paulo, onde existe ainda o encontro da Serra da Mantiqueira com a Serra do Mar, além das serras menores como o Japi e a Cantareira envolvendo as planícies aluviais do Tietê/Pinheiros, esta dicotomia entre Tupi/Jê e terrenos planos/serras deve ter se dado ainda mais fortemente.

Dada a ausência de informações arqueológicas mais aprofundadas referentes à região da Grande São Paulo, isto é sugerido mais pelas fontes históricas, desde Soares de Souza, ao citar os Guaianases que viviam em covas debaixo do chão, passando pelas várias referências ao fato de os índios Guarús, Guaromimis (que deram origem ao Aldeamento dos Guarulhos e posteriormente à cidade de mesmo nome), Maramomis e outros serem distintos dos Tupiniquins que habitavam as áreas baixas (Monteiro 1994).

A presença dos Guarulhos na Serra da Mantiqueira é fortemente sugerida pelos relatos de que um missionário, em 1625, havia descido do sertão grande quantidade de Guarulhos, assentados na paragem chamada Atubaia (Atibaia).

Atibaia foi habitada por um desses povos além dos Tupiguaranis que pelo jeito chegaram depois e subjugararam o povo (ou povos) que tinham suas aldeias por aqui, porque Monteiro (1994) não cita a presença de Guaranis embora se saiba que eles povoaram de forma densa a região compreendida entre o Pico do Jaraguá, serra do Japi até Atibaia passando logicamente por todas

as áreas estudadas até aqui, e que foram empurrando os povos que habitavam anteriormente as margens do rio Tietê para a região planáltica, ou seja, em direção onde hoje é Cajamar e demais municípios da Grande São Paulo.

Monteiro (1994) dá uma pista de que tal povo poderia ser os Guarulhos dado o relato de que esses habitavam a cidade que hoje é a atual Atibaia. Outra indicação seria a referência que ele faz sobre os índios Guarús ou Guaromimis que deram origem a Guarulhos, município situado na região norte da grande São Paulo próximo a Mairiporã, Franco da Rocha e conseqüentemente a Cajamar, são algumas hipóteses e possibilidades.

Portanto, falar em história pré-colonial local é falar sobre este (ou estes povos) contemporâneo dos Tupis Guaranis na região; são povos que viveram nesta área há 1.200 anos AP, ou mais, pois há datações ainda mais antigas chegando ao período do Pleistoceno 10.000 anos AP.

O entendimento da ocupação de áreas no estado de São Paulo por grupos ceramistas pré-coloniais ainda é bastante incompleto e localizado, mesmo com as diversas pesquisas já realizadas.

Tal motivo é apontado por Robrahn-González (1999), em parte, pelo fato de se contar com grandes extensões territoriais praticamente desconhecidas e, por outro lado, mesmo nas regiões em que têm sido realizados estudos prolongados, o número de sítios identificados varia de acordo com a própria natureza, objetivos e alcances das pesquisas desenvolvidas, além de apresentarem consideráveis variações que não foram ainda sistematicamente exploradas.

É o caso de Atibaia, onde todas as condições para a detecção de sítios arqueológicos sejam eles ceramistas ou não, têm correlação com tudo o que foi dito até então, tanto do ponto de vista geográfico como de outros, pois os achados do Pico do Jaraguá demonstram a presença de outros ainda a serem descobertos na região.

Caldarelli *et al* (2001), em artigo "Do Caminho Novo Das Minas Gerais à Rodovia Fernão Dias: Arqueologia de uma Estrada Paulista" relata a presença de cinco sítios arqueológicos históricos no município de Atibaia.

- Sítio Arqueológico Atibaia 1, no município de Atibaia, implantado sobre baixa vertente de morro, nas proximidades do Ribeirão do Onofre. Tratava-se de sítio

- histórico, já bastante degradado, com cultura material constituída por cerâmica histórica e objetos de louça.
- Sítio Arqueológico Atibaia 2, no município de Atibaia. Tratava-se de sítio histórico a céu aberto, localizado no Bairro do Rosário, em terraço aluvial situado na cabeceira de um formador do Ribeirão do Onofre. As evidências arqueológicas consistiam numa área aplainada com solo orgânico escuro (fundos de uma antiga residência, posteriormente demolida) e em telhas antigas.
- Sítio Arqueológico Atibaia 3, no município de Atibaia, Bairro do Rosário, sobre alta vertente de colina, nas proximidades de um formador do Ribeirão do Onofre. Foram registradas as ruínas de uma antiga olaria, feita de adobe.
- Sítio Arqueológico Atibaia 4, também no município de Atibaia, Bairro do Portão, sobre baixa vertente de morrote, à margem do Ribeirão do Onofre, onde foram registradas as estruturas de um forno retangular, de cascalho e tijolo.
- Sítio Arqueológico Atibaia 5, também no município de Atibaia, localizado na Fazenda Sete Colinas, em área de topografia suave, baixa vertente, nas fraldas da Serra da Mantiqueira, a aproximadamente 25 metros do formador do Rio Atibaia. No local, foram encontrados fragmentos de louça do século XIX (CALDARELLI et all, 2001).

3.4.8.6.2.1.2 - Município de Bragança Paulista/SP

Uma equipe de pesquisadores encontrou um sítio arqueológico com gravuras rupestres e antigos objetos em uma gruta natural na fazenda São Bento. O sítio arqueológico Toca da Paineira, localizado em Bragança Paulista, a 83 km de São Paulo, é a 17ª descoberta do tipo no estado e, acredita-se, a mais antiga⁵. Análises vão determinar quando as gravuras foram feitas e de que período são as ferramentas e objetos encontrados no local, através de testes de Carbono 14.

O arqueólogo Paulo Zanettini, coordenador da investigação, acredita que o sítio possa ter até 10 mil anos. No local também foram identificados vestígios de pintura rupestre com uma espécie de tinta vermelha.

⁵ Fonte: www.jornaldaciencia.org.br.

De acordo com Zanettini, assim como nos demais sítios paulistas espalhados em 12 cidades do interior, a gruta de Bragança Paulista provavelmente foi utilizada por grupos nômades de caçadores e coletores de alimentos.

Batizada de Toca da Paineira, a gruta é uma formação de granito que pode ter servido como abrigo e posto de vigilância, já que oferece total visibilidade de uma grande planície.

A maior gravura, escavada com instrumentos feitos de pedras levadas de outros locais para a gruta, tem 5 metros de altura e 3,5 metros de largura. Contém uma série de pequenos buracos simétricos escavados em um bloco de granito, além de algumas linhas, curvas e círculos que formam desenhos desconexos.

O significado dos desenhos é um mistério, porém, para a pesquisa arqueológica, a falta de interpretação não é um fator determinante. O objetivo é a constatação da utilização do local e a preservação da história.

Os vestígios arqueológicos na Toca da Paineira foram descobertos durante estudos feitos pela empresa de arqueologia de Paulo Zanettini, iniciados em junho de 2006, para a exploração de mineração de granito preto, minério muito utilizado na construção de túmulos.

Além de procurar mais vestígios de atividade pré-histórica na área, as investigações devem levar em conta a descoberta de uma canoa feita de um só tronco de árvore escavado, um objeto conhecido como monóxila. O pesquisador do Centro de Estudos de Arqueologia Náutica e Subaquática do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPAM) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Gilson Rambelli, participou dos estudos iniciais. Segundo Rambelli, o objeto foi embalado em uma tela de náilon e levado para um local do rio com pouca correnteza, seguindo critérios internacionais de conservação. É a segunda canoa desse tipo encontrada no rio. A primeira, descoberta em 1998, está exposta no Museu de Bragança Paulista. Foi confeccionada, segundo testes do Carbono 14, há 250 anos e utilizada por indígenas.

O abrigo Toca da Paineira é composto por uma grande rocha que se apoiou sobre um rochedo, onde foram feitos os grafismos rupestres, e assim, formou o teto que tem uma inclinação aproximada de 15 graus em relação ao solo, com uns 2,5 metros de altura livre máxima terminando em zero no fundo do abrigo, o que dá de profundidade. A extensão frontal ou largura do abrigo é de vinte metros, totalizando uma área útil de mais ou menos 200m², proporcionando um excelente abrigo em forma de toca.

Bragança Paulista, São Paulo, Brasil. Fonte: www.grafismorupestre.com.**Figura 3.4.8-26 - Vista frontal do Sítio Arqueológico da Toca da Paineira com seus enormes blocos de Granito,**

Pesquisadores estudam atualmente outros seis sítios arqueológicos na região, sendo três deles às margens da rodovia Fernão Dias, dois na região do bairro Guaripocaba e o último em uma fazenda particular⁶. Além de vasos indígenas feitos de cerâmica, moradores de Bragança encontraram canoas e cochos com idade estimada de 300 anos. A data exata dos materiais está sendo pesquisada nos EUA.

3.4.8.6.2.1.3 - Município de Itapira/SP

No município de Itapira a Zanettini Arqueologia, em 2003, cadastrou um sítio arqueológico relacionado à ocupação da região por caçadores-coletores portadores de tecnologia lítica, genericamente conhecida na bibliografia como Tradição Umbu. Também foram localizados assentamentos pré-coloniais vinculados à ocupação ceramista Tupiguarani: os sítios Rio do Peixe e Virgolino, que apresentaram fragmentos cerâmicos e artefatos líticos lascados e polidos. (Zanettini Arqueologia 2003).

3.4.8.6.2.1.4 - Município de Mococa/SP

No sítio arqueológico Água Branca, localizado no Município de Mococa, na bacia do rio Pardo, os vestígios arqueológicos foram mapeados, sendo 1.192 peças provenientes da coleta ponto a ponto com estação total e 179 peças localizadas nas sondagens, totalizando 1371 fragmentos (Afonso, 2007). A planta do sítio revelou uma estrutura elíptica com eixo maior de 200 metros e

⁶ Fonte: www.jornaldaciencia.org.br.

eixo menor de 140 metros; sua morfologia aproxima-o dos grupos ceramistas da região centro oeste que apresentam casas ao redor de uma praça central, com uma saída em direção ao curso d'água.

A cerâmica do sítio Água Branca chama a atenção por vários motivos: a maior parte dos fragmentos é lisa, sem decoração, com pequenas dimensões e, o mais surpreendente, apresenta cariapé como antiplástico (Afonso, 2003).

A análise detalhada da cerâmica identificou características das Tradições Aratu - Sapucaí (fragmentos indicadores de formas duplas, apliques), Tupiguarani (caco moído na pasta, ombros indicando vasos de formas complexas) e Uru (cariapé, bases planas com ângulos de 90°).

As características da cerâmica, a datação recente (205 ± 20 anos BP; termoluminescência para um fragmento cerâmico), a morfologia aproximadamente circular da aldeia e os dados levantados pela pesquisa etnohistórica indicam que o grupo que habitou o sítio Água Branca está associado à ocupação Gê.

Além do sítio Água Branca, outros sítios pesquisados por vários arqueólogos desde a década de 1980 até recentemente, como os sítios Maranhata (Olímpia), Água Limpa (Monte Alto), Lagoa Preta I, Lagoa Preta II, Bebedouro da Pedra (Serra Azul), Tamanduazinho (São Simão), Água Vermelha 2 (Ouroeste) e Baixadão (Paulo de Faria) na bacia do Rio Grande; o sítio Cachoeira de Emas 1 na Bacia do rio Mogi Guaçu, além dos sítios Caçapava I e Light na bacia do rio Paraíba do Sul apresentam características da ocupação de grupos Gê no norte/nordeste do estado de São Paulo.

Em alguns deles a indústria cerâmica mostra características de mais de uma Tradição, como o sítio Água Branca, apontando para três tradições distintas.

O norte do estado de São Paulo pode ser considerado como palco de ocupações ceramistas diferenciadas, ainda pouco estudadas, mas cada vez mais recorrentes nas pesquisas realizadas no interior paulista.



Fonte: Afonso (2003)

Figura 3.4.8-27 - Parede com aplique.

Estes sítios cerâmicos refletem contextos extrarregionais com influências do norte (Tupinambá), do sul e do oeste (Guarani) e do noroeste (Aratu-Sapucaí-Uru) de uma forma bastante complexa e que necessita de mais pesquisas para a melhor compreensão das interações culturais.



Fonte: Afonso (2003)

Figura 3.4.8-28 - Parede com aplique.

3.4.8.6.2.1.5 - Município de Patrocínio Paulista/SP

Três objetos de cerâmica encontrados em Patrocínio Paulista podem revelar dados inéditos sobre quem eram os povos que habitavam a região na era pré-Cabral. Os artesanatos estão agora sendo estudados em São Paulo⁷.

De acordo com o historiador e arqueólogo Antônio César Granero, membro do grupo da USP (Universidade de São Paulo), responsável pela pesquisa em laboratório, ainda é cedo para se tirar conclusões sobre o achado, mas tudo indica que os objetos pertenceram aos índios Caiapós, que viveram na região até a expansão bandeirante, no século XVIII.

A justificativa para a identificação das obras com os Caiapós se deve à falta de desenhos e pela coloração encontrada nas cerâmicas, uma característica daquele povo.

Os objetos, o maior deles com 80 centímetros de diâmetro e 1,1 metro de altura, teriam entre 800 e mil anos. Essa região toda, o nordeste paulista, de Rifaina a Ribeirão Preto, do vale do Rio Pardo ao vale do Rio Grande, é extremamente rica em artefatos arqueológicos.

⁷ Fonte: www.189.90.143.156/noticia/25071/franca/2008/01/artefatos-de-at-eacute-mil-anos-s-atilde0-enc0ntrad0s-em-patr0c-iacuteni0-25071.

Apesar da importância da descoberta, ela não foi a primeira na região; mais de 200 peças já foram encontradas na década de 1950 e direcionadas para São Paulo, para o Museu do Ipiranga.

3.4.8.6.2.2 - Estado de Minas Gerais

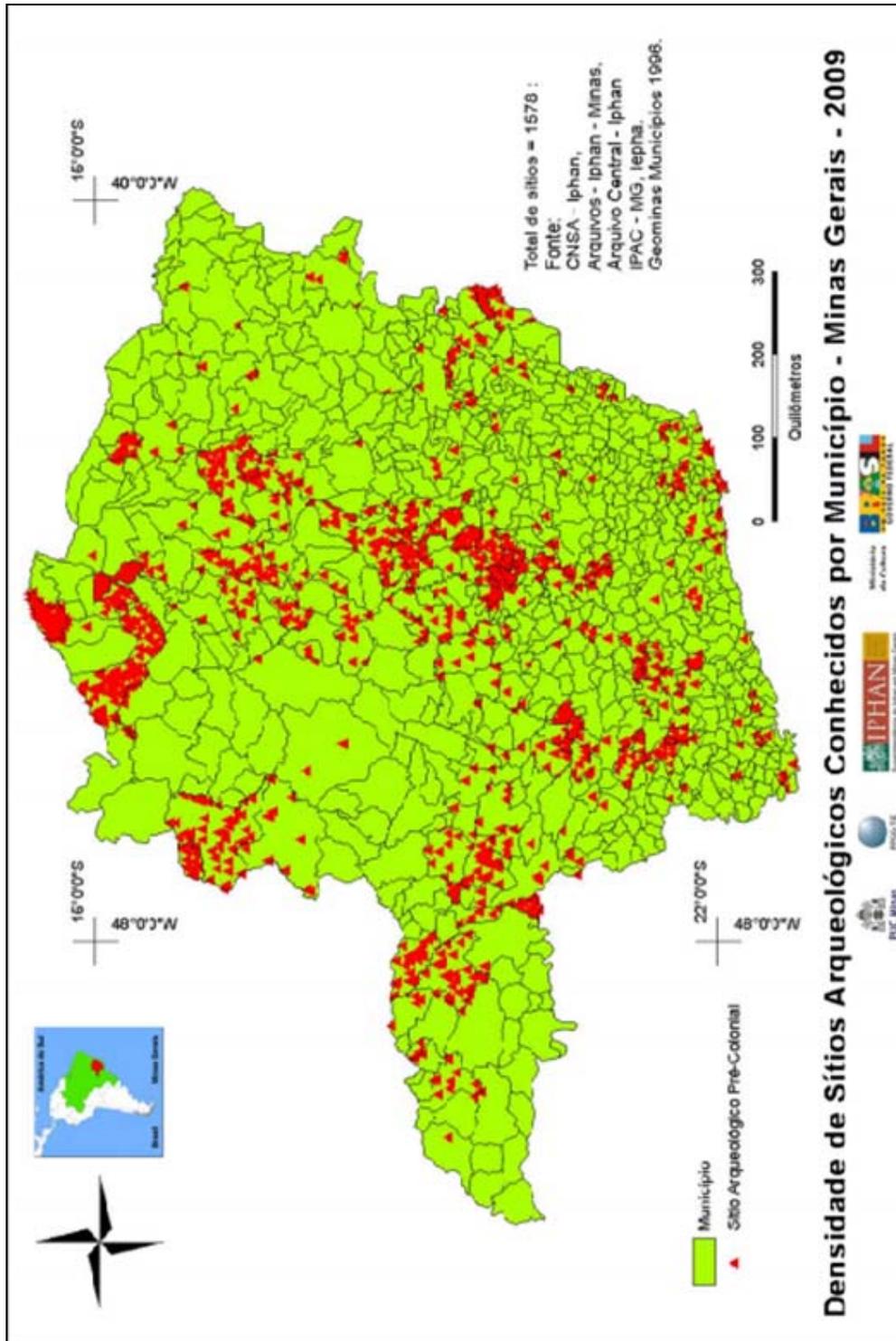
No estado de Minas Gerais são registrados junto ao Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) do IPHAN 1.216 sítios arqueológicos.

Nos municípios abrangidos pelo empreendimento neste estado, na cidade de Ibiraci, foram encontrados registros de 03 (três) sítios arqueológicos no CNSA/IPHAN.

Município	CNSA	Nome
Ibiraci	MG00485	Ibiraci
	MG00486	Itambé
	MG00487	Silveiras
Claraval	MG00390	Santa Helena



Figura 3.4.8-29 - Sítios arqueológicos (CNSA/IPHAN) na área abrangida pela LT no estado de MG.



Fonte: DELFORGE, Alexandre Henrique. O gerenciamento do patrimônio arqueológico no Estado de Minas Gerais utilizando-se Sistema de Informações Espaciais (SIG). Belo Horizonte, 2010.

Figura 3.4.8-30 - Mapa da densidade dos sítios arqueológicos já registrados no estado de MG.

3.4.8.6.2.2.1 - Município de Ibiraci/MG

A PROBRIG (Protetores da Bacia do Rio Grande), com o apoio do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural e da Prefeitura Municipal de Ibiraci, abriu no dia 06 de novembro de 2006, um novo espaço cultural para atender Ibiraci e região⁸.

No Casarão do Capitão Lima, imóvel tombado como Patrimônio Cultural, localizado no centro de Ibiraci, após uma restauração que valorizou seus detalhes arquitetônicos e decorativos, foi entregue à comunidade, a sala "Maria Amélia de Vassimon".

Para inaugurar um espaço cultural, recorreu-se ao apoio do Museu Municipal de Franca "José Chiachiri" que cedeu parte de seu acervo arqueológico, coletado na região, e também a diversos moradores de Ibiraci que possuem objetos e utensílios encontrados no município há várias gerações.

Com a coordenação técnica do arqueólogo Marcelo Prestes Pini e Antônio Cezar Granero foi criado um roteiro didático para que o visitante compreendesse, que a sequência das informações apresenta uma presença humana, que longe de um selvagem e primitivo índio, na verdade, indica um homem que se utilizando dos recursos disponíveis, sobreviveu, deixou descendência, manifestou sua arte, registrou sua cultura e sua técnica em instrumentos que impressionam pela resistência, durabilidade e efetividade na função pretendida.

O conhecimento arqueológico do norte paulista e do sul de Minas Gerais ainda é reduzido a poucos trabalhos, não tendo sido realizada uma pesquisa sistemática e ampla com o objetivo de integralizar os dados já existentes e estabelecer algumas diretrizes em relação à ocupação indígena na região.

A cerâmica de Tradição Tupiguarani foi encontrada na região, onde são constantes fragmentos com decoração com pintura vermelha, não existindo nenhum sítio estudado, até esse momento, que possa definir o tipo de estabelecimento destes grupos.

Foram localizadas nessa área grandes urnas piriformes, com paredes mais espessas do que aquelas atribuídas à Tradição Tupiguarani. A cerâmica encontrada na região de Franca foi

⁸ Fonte: www.probrig.com/projetos culturais/publicacoes.

identificada posteriormente como pertencente à Tradição Aratu. Existe para esta cerâmica outra interpretação, que a associa com a fase Plumhi, vinculada à Tradição Uma.

A presença da Tradição Aratu, identificada na Bahia, Espírito Santo e no sul de Minas Gerais, não tem a sua distribuição conhecida no limite de Minas Gerais e em São Paulo.

Identificar os padrões culturais destas duas tradições ceramistas, que estão relacionadas a grupos horticultores vai significar um grande avanço para o conhecimento da distribuição espacial e temporal das populações de filiações Tupi e Ge.

A Área de Estudo é caracterizada por **municípios antigos**, 11 dos quais têm data de criação ainda no século XIX, entre 1856 e 1892, ligadas à exploração da cana de açúcar e café, deixando em suas áreas rurais fazendas, capelas e igrejas históricas, algumas das quais ainda mantêm sua estrutura física.

Reflexos daquele período podem ser observados atualmente no patrimônio histórico local, conforme supracitado, bem como nas manifestações culturais largamente ligadas à tradição cultural católica e negra. A partir de tal contexto se pode compreender a presença e importância de manifestações como o **Jongo** e as **Congadas**, manifestações tradicionalmente negras ligadas à valorização cultural africana.

Destacam-se os municípios de Ibiraci (MG) e Divinolândia (SP), onde foi identificada a presença de comunidades negras que mantêm **tradições culturais negras**, manifestadas principalmente através do Reinado.

Em diversos municípios da AE existem **áreas de valor histórico e cultural**, como mosteiros, igrejas e capelas, estações de trem, edifícios e prédios, parques, dentre outros, muitos dos quais são tombados a nível municipal.

Quanto ao patrimônio arqueológico, foram identificados **18 sítios arqueológicos** na AEM, em Ibiraci (MG), Claraval (MG), Patrocínio Paulista (SP), Itapira (SP), Bragança Paulista (SP) e Atibaia (SP).

3.4.8.7 - Considerações Finais

A Área de Estudo é caracterizada por **municípios antigos**, 11 dos quais têm data de criação ainda no século XIX, entre 1856 e 1892, ligadas à exploração da cana de açúcar e café, deixando em suas áreas rurais fazendas, capelas e igrejas históricas, algumas das quais ainda mantêm sua estrutura física.

Reflexos daquele período podem ser observados atualmente no patrimônio histórico local, conforme supracitado, bem como nas manifestações culturais largamente ligadas à tradição cultural católica e negra. A partir de tal contexto se pode compreender a presença e importância de manifestações como o **Jongo** e as **Congadas**, tradicionalmente negras ligadas à valorização cultural africana.

Destacam-se os municípios de Ibiraci (MG) e Divinolândia (SP), onde foi identificada a presença de comunidades negras que mantêm **tradições culturais negras**, manifestadas principalmente através do Reinado.

Em diversos municípios da AE existem **áreas de valor histórico e cultural**, como mosteiros, igrejas e capelas, estações de trem, edifícios e prédios, parques, dentre outros, muitos dos quais são tombados a nível municipal.

Quanto ao patrimônio arqueológico, foram identificados **18 sítios arqueológicos** na AEM, em Ibiraci (MG), Claraval (MG), Patrocínio Paulista (SP), Itapira (SP), Bragança Paulista (SP) e Atibaia (SP).

